

A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*

(FALTA A ABERTURA DO TEXTO) : ARCHIV, BEGRIFFLICH;

1

Sabemos que nossa ciência, como todas – exceto talvez a história política – as que têm por objeto instituições e processos culturais humanos, deriva historicamente de pontos de vista *práticos*. A produção de juízos de valor sobre determinadas medidas de política econômica dos Estados constituiu o seu primeiro e, no início, único fim. Tratava-se de uma “técnica” no mesmo sentido em que também o são as disciplinas clínicas das ciências médicas. Sabe-se, entretanto, como essa posição se modificou gradativamente, sem que no entanto ocorresse uma separação *de princípio* entre o conheci-

* Reproduzido de WEBER, M. Die 'Objektivität' Sozialwissenschaftlicher und sozial politischer Erkenntnis. In: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 4. ed., organizada e revista por Johannes Winkelmann. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1973. p. 206-214. Tradução de Gabriel Cohn.

mento do que “é” e o conhecimento do que “deve ser”. A essa separação opunha-se primeiro a opinião de que os processos econômicos estavam sob o império de leis naturais imutáveis e, em seguida, de que estavam sob o domínio de um princípio de desenvolvimento unívoco, e de que, em conseqüência, o “dever ser” coincidia com o “ser” imutável no primeiro caso, ou com o inevitável “vir a ser” no segundo. Com o despertar do senso histórico, uma combinação de evolucionismo ético e relativismo histórico veio a dominar nossa ciência, procurando despir as normas éticas de seu caráter formal e determinar quanto ao *conteúdo* o domínio do “ético” mediante a incorporação do conjunto dos valores culturais, alçando assim a economia política à dignidade de uma “ciência ética” com base empírica. Na medida em que se imprimia no conjunto de todos os ideais culturais o timbre do “ético”, diluía-se a dignidade específica dos imperativos éticos, sem todavia ganhar coisa alguma a favor da “objetividade” da validade desses ideais. Entretanto, é possível, e mesmo necessário, deixar aqui de lado um exame aprofundado dessa questão: vamos nos limitar ao fato de que ainda hoje não desapareceu e compreensivelmente se mantém habitual entre os praticantes a idéia de que a economia política produza *juízos de valor* a partir de uma “concepção de mundo científica” e deva fazê-lo.

Diga-se desde logo que cabe à nossa revista, como representante de uma disciplina especializada empírica, *rejeitar inteiramente* essa concepção, pois sustentamos que jamais será tarefa de uma ciência empírica produzir normas e ideais obrigatórios, para delas extrair receitas para a prática.

► Weber apresenta aqui a posição que irá combater ao longo do texto, com referência ao conjunto das ciências históricas e sociais, não só à economia política.

► A revista em questão, para a qual Max Weber escreveu este texto ao assumir o cargo de editor, em 1904, é *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo para ciência social e política social). Para ele, o grande problema a ser enfrentado pelos editores consistia em combinar avaliações práticas (de “política social”) e pesquisa científica (de “ciência social”) sem confundir esses dois campos de atividade intelectual. Para isso, considerava indispensável uma concepção clara sobre a natureza de cada qual, para saber onde se separam e o que compartilham.

Qual é a conseqüência dessa afirmação? De modo algum que os juízos de valor, por se basearem em última instância em determinados ideais e portanto terem origem "subjetiva", estejam *excluídos* da discussão científica. Isso seria desmentido seguidamente pela prática e o objetivo da nossa revista. A crítica não se detém diante dos juízos de valor. A questão é: que *significa* e o que pretende a crítica científica de ideais e juízos de valor? Ela merece um exame um pouco mais demorado.

Toda reflexão sobre os elementos últimos do agir humano está desde logo presa às categorias "meio" e "fim". Queremos algo concretamente, seja "por si mesmo", seja como meio a serviço do que queremos no final. Ora, acessível à consideração científica é em primeiro lugar a questão da adequação dos meios a um fim dado. Como nós (nos limites do nosso conhecimento em cada caso) temos como constatar de modo válido *quais* meios são apropriados ou não para atingir um fim visado, podemos por essa via estimar as chances de atingir um fim determinado com determinados meios disponíveis. Desse modo podemos criticar indiretamente a própria formulação dos fins como razoável ou não à luz das condições dadas. Além disso, naturalmente, *quando* a possibilidade de atingir determinado fim parece dada, podemos considerar as *conseqüências* que decorreriam da aplicação dos meios necessários *conjugada* ao eventual êxito na busca do fim, levando em conta o inter-relacionamento geral de tudo o que acontece. Oferecemos então ao agente a possibilidade de ponderar as conseqüências esperadas contra as não esperadas do seu agir e assim a resposta à pergunta: qual é o "custo" de atingir-se

o fim esperado do previsível dano a *outros* valores? Posto que na grande maioria das vezes todo fim almejado “custa” algo nesse sentido ou ao menos pode custar, nenhum ser humano que aja de modo responsável pode furtar-se à ponderação do fim e das conseqüências da ação, e tornar isso possível é uma das funções essenciais da crítica *técnica* de que tratamos até agora. Todavia, levar essa ponderação à decisão certamente *não* é uma tarefa possível da ciência, mas do homem dotado de vontade: ele sopesa e escolhe entre os valores envolvidos conforme sua consciência e sua concepção de mundo. A ciência pode ajudá-lo a tornar-se consciente de que *todo* agir, e naturalmente também o não-agir, significa nas suas conseqüências *assumir posição* em favor de determinados valores e, assim, regularmente *contra outros* – o que hoje tanto se aprecia ignorar. A ele cabe a escolha.

O que lhe podemos oferecer além disso para a sua decisão é o *conhecimento do significado* daquilo que almeja. Podemos ensinar-lhe a conhecer os fins que deseja e entre os quais escolhe conforme suas conexões e sua importância, em primeiro lugar mediante a demonstração e o desenvolvimento logicamente coerente das “idéias” que estão, ou poderiam estar, na base do fim concreto. Pois é sem dúvida uma das tarefas mais essenciais de qualquer ciência da vida cultural humana abrir à compreensão intelectual essas “idéias” pelas quais real e supostamente se lutou e se luta. Isso não ultrapassa os limites de uma ciência que aspira à “ordenação em pensamento da realidade empírica”, por menos que os meios que servem a essa interpretação de valores espirituais sejam “indicações” no sentido usual do termo. É verdade que

essa tarefa está fora, pelo menos em parte, do quadro da disciplina especializada economia no interior da divisão de trabalho científico usual; trata-se de tarefas da *filosofia social*. Ocorre, contudo, que a potência histórica das idéias para o desenvolvimento da vida social foi e ainda é de tal ordem que nossa revista nunca pode esquivar-se dessa tarefa, cujo cultivo incluirá, do contrário, entre seus deveres mais importantes.

Além disso, contudo, o tratamento científico dos juízos de valor não somente quer tornar compreensíveis e suscetíveis de percepção empática os fins buscados e os ideais subjacentes a eles como principalmente ensinar a "avaliá-los" criticamente. Essa crítica certamente só pode ter caráter dialético, ou seja, somente pode ser uma avaliação lógico-formal do material tornado disponível nos juízos de valor e idéias historicamente dados, só pode ser um exame dos ideais com base no postulado da *ausência de contradição* do objeto da vontade. Ela pode, ao atribuir-se esse fim, ajudar o sujeito da vontade na autopercepção daqueles axiomas últimos que subjazem ao conteúdo do seu querer, dos critérios últimos dos quais parte de modo não-consciente ou – para ser conseqüente – deveria partir. Trazer à *consciência* esses critérios últimos que se manifestam no juízo de valor concreto é o máximo que ela pode fazer sem entrar no campo da especulação. Se o sujeito do julgamento *deve* adotar esses critérios é uma questão do seu foro íntimo e uma questão do seu querer e da sua consciência, não do conhecer empírico.

Uma ciência empírica não tem como ensinar a ninguém sobre o que *deve*, somente sobre o que *pode* e – eventualmente – sobre o que *quer*. É verdade que no

► Trata-se da busca do fundamento para os fenômenos sociais, em contraste com seu estudo empírico.

► O termo "dialético" tem, aqui, um significado muito preciso e restrito. Refere-se ao exame da consistência interna de argumentos.

► Uma idéia central: a ciência não gera imperativos, só esclarece o que existe.

domínio das nossas ciências as concepções de mundo pessoais costumam intrometer-se, turvando também a argumentação científica e levando a avaliações descontraídas do peso dos argumentos científicos também no tocante ao estabelecimento de relações causais simples entre fatos, conforme o resultado aumente ou diminua as chances de ideais pessoais: a possibilidade de querer algo. Também os editores e colaboradores da nossa revista certamente estarão, nesse aspecto, na situação de “nada humano lhes ser alheio”. Um longo caminho vai, porém, entre essa admissão da fraqueza humana até a crença em uma ciência “ética” da economia política, voltada para a produção de ideais a partir da sua matéria-prima ou para a produção de normas mediante a aplicação de imperativos éticos sobre sua matéria. Igualmente correto é também que exatamente aqueles elementos mais íntimos da “personalidade”, os juízos de valor mais elevados e finais que determinam nossa ação e dão sentido e importância à nossa vida, são percebidos por nós como algo “objetivamente” valioso. Pois somente podemos adotá-los quando se apresentam a nós como válidos, como fluindo dos nossos valores vitais mais elevados e desse modo são desenvolvidos no combate com as resistências da vida. A própria dignidade da “personalidade” está encerrada na circunstância de que há para ela valores aos quais relaciona a própria vida – mesmo que esses valores se encontrem exclusivamente *no interior* da esfera da própria individualidade: pois então lhe importa a “dedicação vital” a *aqueles* interesses seus aos quais atribui *validade como valores*, como a idéia que lhe serve de referência. É somente sob o pressuposto da crença

em valores que ganha sentido assumir externamente juízos de valor. Entretanto: *avaliar a validade* desses valores é matéria de *crença*, e talvez ao lado disso uma tarefa de observação e interpretação especulativas da vida e do mundo com referência ao seu significado, mas certamente *não* objeto de uma ciência empírica no sentido em que deve ser cultivada aqui. Ao contrário do que amiúde se supõe, para essa separação não é decisiva a circunstância empiricamente verificável de que aquelas metas finais são mutáveis e controversas. Pois também o conhecimento dos enunciados mais seguros do nosso conhecimento teórico – como o das ciências naturais exatas e da matemática – assim como a agudeza e o refinamento da consciência, devem-se à cultura. Apenas quando pensamos especialmente nos problemas práticos da política econômica e social (na acepção usual) vê-se que há numerosas, inúmeras mesmo *questões pontuais* em cuja explicação parte-se, em conseqüência de consenso geral sobre determinados fins, deles como *evidentemente dados* – pensemos, por exemplo, em créditos de emergência, em tarefas concretas da higiene social, na assistência aos pobres, em regulamentos como os da inspeção de fábricas, os tribunais corporativos, dos atestados de trabalho, grandes parcelas da legislação trabalhista – nos quais, portanto, ao menos parece que só se pergunta pelos *meios* para se atingir o fim. Mesmo, contudo, que tomemos aqui como verdadeira a aparente evidência – coisa que jamais a ciência faria impunemente – e vissemos como meras questões técnicas de adequação os conflitos que pronto resultariam da tentativa de execução prática, seríamos obrigados a perceber que também essa *aparên-*

► Ou seja: não há consenso possível, pois estão em jogo os significados que os homens atribuem às questões e a luta deles para tornar aceitáveis ("válidos") os significados que defendem. São, portanto, questões de cultura (sobre isso, ver também a página 58).

cia da evidência dos critérios de valor reguladores desaparece tão logo nos elevemos dos problemas concretos de assistência de bem-estar e econômicos às questões de política econômica e social. A característica do caráter político-social de um problema é precisamente que ele não pode ser resolvido com base em considerações meramente técnicas, que critérios de valor reguladores podem e *devem* ser objeto de *controvérsia*, porque o problema atinge a região das questões gerais de cultura. E não se disputa apenas, como hoje gostamos de acreditar, entre "interesses de classe", *mas também* entre "concepções de mundo" – sem prejuízo, naturalmente, de que na questão de qual concepção de mundo o indivíduo defende torna-se decisiva, entre outras coisas – mas em muito alta escala –, o grau de afinidade eletiva entre ela e o seu "interesse de classe" – admitindo-se aqui esse conceito só aparentemente unívoco. Uma coisa é certa em quaisquer circunstâncias: quanto mais "geral" é o problema de que se trata – o que aqui significa: quanto mais ampla a sua importância cultural, tanto menos é acessível uma resposta unívoca a partir do material do conhecimento empírico, tanto mais incidem nele os axiomas últimos da crença e das idéias de valor. É pura ingenuidade quando profissionais ocasionalmente ainda acreditam que se trate de erigir como cientificamente válido um "princípio" para as ciências sociais práticas, para dele se poder deduzir as normas para solucionar os problemas práticos pontuais. Por mais que as ciências sociais exijam explicações de problemas práticos de "princípios", isto é, a busca do conteúdo ideal dos juízos de valor que se impõem irrefletidamente, e por mais que nossa revista pretenda

dar especial atenção precisamente a elas, a criação de um denominador geral prático para nossos problemas de ideais últimos com validade geral certamente não pode ser tarefa sua ou de qualquer ciência empírica: como tal, ela não apenas seria insolúvel praticamente como contraditória em si mesma. E, seja como a base e a natureza do caráter obrigatório de imperativos éticos possa ser interpretada, é seguro que deles, como normas para o agir concretamente determinado do *indivíduo*, não há como *deduzir* quaisquer *conteúdos culturais* como obrigatórios, e tanto menos quanto mais amplos os conteúdos de que se trata. Somente religiões positivas – mais precisamente, *seitas* de caráter dogmático – conseguem atribuir ao conteúdo de *valores culturais* a dignidade de deveres éticos incondicionalmente válidos. Fora delas, os ideais culturais que o indivíduo *quer* e as obrigações éticas que ele *deve* cumprir são de dignidade diferente por princípio. É destino de uma época cultural que provou do fruto da árvore do conhecimento ter que saber que não podemos discernir o *sentido* do andamento do mundo nem mesmo da mais completa investigação, mas que nos cabe criá-lo nós próprios, que “concepções de mundo” jamais podem ser produto do avanço de um saber *empírico*, e que portanto os ideais mais elevados, que mais intensamente nos comovem, agora e sempre só se efetivam no combate com outros ideais tão sagrados para outros quanto os nossos são para nós.

Somente um sincretismo otimista, como por vezes resulta do relativismo do desenvolvimentismo histórico, pode furtar-se teoricamente à suma seriedade dessa condição ou esquivar-se de suas conseqüências práticas.

► Outra idéia central: a ciência nos oferece conhecimento do que ocorre no mundo, mas não tem como dizer o que ele significa para nós; essa tarefa cabe a nós mesmos.

É claro que para o político prático pode, eventualmente ser, do ponto de vista subjetivo, exatamente tão obrigatório agir como mediador entre opiniões opostas dada quanto tomar partido por uma delas. Mas isso nada tem a ver com “objetividade” científica. A “linha do meio” não é nem minimamente mais verdade científica do que os ideais partidários da direita e da esquerda. Em lugar algum o interesse da ciência está menos protegido do que naquele em que não se quer enxergar fatos desconfortáveis e as realidades da vida. Essa revista combaterá senão quartel a grave auto-ilusão de que se possam obter normas com *validade científica* mediante a síntese de várias visões partidárias ou traçando uma diagonal entre elas porque ela, ao ocultar seus próprios critérios valorativos é muito mais perigosa para a integridade da pesquisa do que a crença ingênua dos partidos na possibilidade de “provar” cientificamente seus dogmas. A capacidade do *discernimento* entre conhecimento e avaliação e o cumprimento tanto da obrigação científica de ver a verdade dos fatos como da obrigação prática de defender seus próprios ideais é aquilo a que devemos voltar a nos acostumar com mais força.

Há e permanece – é isso que nos importa – para sempre uma diferença intransponível entre a orientação de uma argumentação para nossa sensibilidade e capacidade de entusiasmo por metas práticas concretas ou por formas e conteúdos culturais, ou então para a nossa consciência quando está em questão a validade de normas éticas, ou finalmente para a nossa capacidade e necessidade de *ordenar em pensamento* a realidade empírica de um modo que levanta a reivindicação de *validade*

► Aqui se aprofunda a ideia das páginas 17-18: a avaliação normativa (que gera imperativos) é uma coisa, a verdade empírica que a ciência procura é outra. Nesta passagem o autor já diz o que entende por ciência. É uma atividade intelectual que busca pôr ordem nos fenômenos observados – e isso se faz no estabelecimento de relações verificáveis entre eles.

como verdade *empírica*. E essa afirmação mantém-se correta apesar de que, como ainda se mostrará, esses "valores" máximos do interesse *prático* são e sempre serão de importância decisiva para a *direção* que a atividade ordenadora do pensamento, no domínio das ciências da cultura, tomará em cada caso. Pois é e mantém-se verdadeiro que a administração científica da prova no domínio das ciências sociais, se quiser atingir seu objetivo, deverá ser admitida como correta também por um chinês ou – expresso de modo mais correto – que ela deve *empenhar-se* em prol desse fim não inteiramente alcançável, talvez por carência de material. Igualmente, a análise *lógica*, no que concerne a seu conteúdo e a seus axiomas últimos e o registro das conseqüências lógicas e práticas que resultam do seu cumprimento deverá, se quiser contar como bem-sucedida, ser válida também para ele – embora possa faltar-lhe o "ouvido" para nossos imperativos éticos e ele possa rejeitar, e certamente rejeitará, o próprio ideal e as *avaliações* concretas que dele resultam, sem com isso afetar o valor científico dessa *análise* em pensamento. Certamente nossa revista não ignorará as tentativas inevitavelmente reiteradas de definir de modo unívoco o *sentido* da vida cultural. Ao contrário: afinal, elas próprias estão entre os resultados mais importantes dessa mesma vida cultural, e eventualmente também encontram-se entre suas forças motrizes mais poderosas. Em vista disso, sempre seguiremos com cuidado o andamento desses tratamentos "sociofilosóficos" *nessa* aceção do termo. Mais até: afastaremos o preconceito de que considerações sobre a vida cultural que ultrapassem a ordenação mental do que é dado empiricamente, para

É claro que quem se ocupa
com a lógica da vida cultural
deve ter em mente que a
lógica da vida cultural não é
uma ciência da vida cultural,
mas que a vida cultural é
uma ciência da vida cultural.

tentar interpretar metafisicamente o mundo, já por esse seu caráter, não *possam* prestar serviço algum em proveito do conhecimento. A localização dessas tarefas é sem dúvida um problema que cabe primeiro à teoria do conhecimento e cuja solução necessariamente deixaremos e podemos deixar de lado aqui, em vista dos nossos objetivos. Pois uma coisa sustentamos para o *nosso* trabalho: uma revista de ciência social no nosso sentido deve, na medida em que pratica *ciência*, ser um local de busca da verdade, que – para ficar no nosso exemplo – reivindica também para o chinês a validade da ordenação mental da realidade empírica.

Certamente os editores não podem proibir de modo peremptório, seja a si próprios, seja aos colaboradores, a expressão, também em juízos de valor, dos ideais que os animam. Só que disso resultam duas obrigações importantes. Em primeiro lugar: em cada momento trazer claramente à consciência do leitor e à própria *quais* os critérios segundo os quais a realidade é medida e o juízo de valor é derivado, em vez de fazer o costumeiro, ao introduzir uma mescla imprecisa de valores de toda espécie que mascaram os conflitos entre os ideais e levam a buscar oferecer “a cada um o seu”. Desde que essa obrigação seja rigorosamente seguida, então assumir posição avaliadora prática pode ser não apenas inofensivo para o interesse puramente científico como diretamente útil, até mesmo devido: na crítica científica de propostas práticas de cunho legislativo, e outras, o esclarecimento dos motivos do legislador e dos ideais do autor criticado muitas vezes nem pode ser feito em todo o seu alcance senão pelo *confronto* de seus crité-

rios subjacentes com *outros*, naturalmente de preferência com os próprios. Toda *avaliação* sensata do *querer* alheio só pode ser crítica a partir de uma "concepção de mundo", combate ao ideal *alheio* sobre a base de um ideal *próprio*. Quando se trata, portanto, de efetivamente não apenas constatar e analisar o axioma valorativo último que fundamenta um querer prático, mas exibi-lo em suas relações com *outros* axiomas valorativos, então a crítica "positiva" mediante a exposição sistemática destes últimos torna-se inevitável.

É também inevitável, portanto, que nas colunas da revista – em especial no exame de legislação – ao lado da *ciência* social (a ordenação dos fatos em pensamento) compareça a *política* social (a exposição de ideais). Todavia, não nos ocorre apresentar tais debates como "ciência" e faremos os maiores esforços para evitar sua confusão com ela. Já não é então a ciência que fala, e o segundo imperativo fundamental da imparcialidade científica reza, portanto: nesses casos deve-se sempre tornar claro para os leitores (e, seja dito, antes de mais nada para si mesmo!) *que* o pesquisador reflexivo parou de falar e o homem portador de vontade começa a manifestar-se, e *onde* isso ocorre, *onde* os argumentos se dirigem à inteligência e *onde* seu alvo são os sentimentos. A constante mescla de explicação científica dos fatos com raciocínios valorativos ainda é uma das características mais difundidas e mais nocivas de trabalhos na nossa profissão. É contra essa *mistura* e não contra a defesa dos próprios ideais que se dirigem as exposições que se seguem. *Carência de convicções* e "objetividade" científica não têm nenhuma afinidade interna.

► Mais um passo na argumentação: abster-se de avaliações na ciência não nos exime de tomar posição, mas isso não será feito em nome da ciência.

Pelo menos conforme sua intenção, esta revista jamais foi nem deverá ser o lugar de travar polêmica com partidos políticos ou político-sociais, nem tampouco o local em que se faça a defesa ou a denúncia de ideais políticos ou político-sociais; para isso existem outros órgãos. Sua peculiaridade consistiu desde o início e, no que concerne aos editores, deverá perdurar, em que nela vigorosos adversários políticos se encontrem no trabalho científico. Ela não foi até hoje um órgão "socialista" nem deverá ser no futuro um órgão "burguês". Ninguém que esteja disposto a colocar-se no terreno da discussão científica está excluído do seu círculo de colaboradores. Ela não pode converter-se numa arena de "contestações", réplicas e tréplicas, mas nela ninguém, nem mesmo seus colaboradores e mesmo seus editores, está protegido contra a mais dura crítica de caráter objetivo e científico. Quem não suporta isso, ou quem não está disposto a colaborar a serviço do conhecimento científico com pessoas que sustentam ideais diferentes dos seus, deve afastar-se dela.

Convém não se enganar: infelizmente, nessas últimas palavras fica dito nesse momento mais do que parece à primeira vista. Em primeiro lugar, como já foi mencionado, a possibilidade de encontrar-se sem reservas em terreno neutro com adversários políticos lamentavelmente tem limites psicológicos em todo lugar, em especial nas condições alemãs. Digno de combate incondicional, esse traço de mesquinho fanatismo partidário e de cultura política subdesenvolvida ganha um reforço essencial pela circunstância de que, como demonstra a experiência, no domínio das ciências sociais o impulso para

o tratamento de problemas *científicos* em regra é dado por "questões" *práticas*, de tal modo que o simples reconhecimento da existência de um problema científico encontra-se intimamente unido a um querer com direção determinada de pessoas vivas. Nas colunas de uma revista que existe em virtude da influência do interesse geral por um problema concreto, em regra se juntarão como colaboradores pessoas que voltam seu interesse pessoal para esse problema porque julgam que determinadas condições concretas lhes parecem prejudicar valores ideais em que acreditam, na sua contraposição a eles. A afinidade eletiva entre ideais semelhantes aproximará então esse círculo de colaboradores e novos colaboradores, e isso imprimirá à revista um certo "caráter" ao menos no tratamento de problemas práticos de natureza *político-social*, como complemento inevitável de toda ação conjunta de seres humanos vivos e sensíveis, cuja posição valorativa diante do problema não é de todo reprimida nem mesmo no trabalho puramente teórico e que – sob os pressupostos enunciados acima – também vem à tona de modo inteiramente legítimo na crítica a propostas e medidas *práticas*. Ocorre que a revista surgiu num momento em que determinados problemas da "questão operária", no sentido usual do termo, ocupavam posição de relevo no debate nas ciências sociais. Aqueles personalidades para as quais os problemas que ela se dispunha a tratar estavam ligadas às idéias de valor mais elevadas e decisivas, e que por isso se tornaram seus colaboradores regulares, eram, por essa mesma razão, defensores de uma concepção de cultura de coloração igual ou ao menos semelhante a elas. Do mesmo modo, todos

também sabem que, quando a revista rejeitou seguir uma “tendência” mediante a expressa limitação a exposições “científicas” e o expreso convite a “membros de todos os campos políticos”, ela não deixou por isso de possuir um “caráter” no sentido acima. Ele foi formado pelo círculo de seus colaboradores regulares. Em geral tratava-se de homens para os quais, independentemente de todas as outras diferenças de opinião, a proteção da saúde física das massas trabalhadoras e sua possibilidade de participação crescente nos bens materiais e espirituais de nossa cultura aparecia como um fim – e como meio, por sua vez, a combinação entre intervenção estatal na esfera dos interesses materiais com o desenvolvimento livre da ordem estatal e dos direitos – e que, fosse qual fosse sua opinião sobre a configuração da ordem social no futuro mais distante, aceitavam para o *presente* o desenvolvimento capitalista, não porque lhes parecesse melhor em confronto com as formas mais antigas de estrutura social, mas porque o viam como praticamente inevitável e consideravam a tentativa de combate intransigente a ele não como exigência e sim como obstáculo à ascensão da classe trabalhadora à luz da cultura. Sob as condições vigentes hoje na Alemanha – elas dispensam maior esclarecimento aqui – isso não seria evitável. Na realidade, o sucesso efetivo da plena diversidade da participação redundou em benefício para a discussão científica e foi um elemento de força para a revista, e talvez mesmo – nas condições dadas – um componente da justificação da sua existência.

O que deve ser reconhecido é que o desenvolvimento de um “caráter”, nessa acepção do termo, numa revista

científica, *pode* representar um perigo para a imparcialidade do trabalho científico e de fato *deveria* sê-lo se a seleção dos colaboradores fosse intencionalmente unilateral: nesse caso a criação de um "caráter" significaria praticamente o mesmo que a existência de uma "tendência". Os editores têm inteira consciência da responsabilidade que essa condição lhes impõe. Eles não planejam alterar o caráter da revista, nem conservá-lo artificialmente mediante a limitação do círculo de colaboradores e estudiosos com determinadas opiniões partidárias. Eles o tomam como dado e aguardam o seu "desenvolvimento" posterior. O modo *como* ele se formará no futuro, e talvez, em consequência da inevitável ampliação do nosso círculo de colaboradores, se *transformará*, isso dependerá em primeiro lugar da característica daquelas personalidades que ingressem nesse círculo e sejam ou se tornem habituais nas colunas da revista com a intenção de servir ao trabalho científico. E será também determinado pela ampliação dos *problémas* cujo tratamento a revista toma como seu objetivo.

Com essa observação chegamos à questão ainda não examinada da *definição quanto ao objeto* do nosso campo de trabalho. A isso, contudo, não pode ser dada resposta sem suscitar também nesse ponto a questão da natureza do fim do conhecimento científico social em geral. Ao distinguir, em princípio, entre "juízos de valor" e "conhecimento empírico", pressupomos até agora a existência de uma modalidade de conhecimento de validade incondicional, ou seja, que efetivamente exista a ordenação, em pensamento, da realidade empírica no domínio das ciências sociais. Essa suposição torna-se agora um problema,

na medida em que temos que explicar o que *pode* significar no nosso domínio a “vigência” objetiva da validade que procuramos. Não escapará a ninguém que observa a luta por método, “conceitos básicos” e pressupostos, a contínua mudança dos “pontos de vista” e a contínua redefinição dos “conceitos” usados, e vê, como o modo de observação teórico e o histórico ainda estão separados por um abismo aparentemente insuperável, que o problema é real e não uma invenção quimérica: *duas economias políticas*, como lamentava um desesperado estudante vienense. Que significa aqui objetividade? É apenas a *essa* questão que se dirigem as exposições a seguir.

2

A revista sempre tratou todos os objetos de suas análises como de natureza *socioeconômica*. Embora não seja esse o momento para se dedicar a determinações de conceitos e delimitações de ciências, impõe-se um esclarecimento sumário acerca do sentido disso.

Todos aqueles fenômenos que, no sentido mais amplo, designamos por “socioeconômicos” vinculam-se ao fato básico de que nossa existência física, assim como a satisfação de nossas necessidades mais ideais, defrontam-se por todos os lados com a limitação quantitativa e a insuficiência qualitativa dos meios externos, que demandam a previsão planejada e o trabalho, a luta com a natureza e a associação com homens. Por sua vez, o caráter de fenômeno “socioeconômico” de um evento não é

algo que lhe seja "objetivamente" inerente. Ao contrário, ele está condicionado pela orientação do nosso *interesse* de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular. Sempre que um evento da vida cultural vincula-se direta ou indiretamente àquele fato básico, por meio daqueles elementos da sua especificidade nos quais repousa para nós o seu *significado* próprio, ele contém ou ao menos pode conter, *conforme* o caso, um *problema* de ciência social; ou seja, envolve uma tarefa para uma disciplina que toma por objeto a pesquisa do alcance do fato básico apontado acima.

Entre os problemas econômico-sociais podemos estabelecer distinções. Temos eventos e complexos deles, normas, instituições etc. cujo significado cultural para nós repousa basicamente no seu aspecto econômico. Por exemplo, acontecimentos da vida bancária e da bolsa, que desde logo nos interessam essencialmente sob *esse* ponto de vista. Em regra, mas não exclusivamente, isso sucede quando se trata de instituições que foram criadas ou são utilizadas *conscientemente* para fins econômicos. Esses objetos do nosso conhecimento podem ser chamados, em sentido estrito, de eventos ou instituições "econômicas".

A isso somam-se outros, como, por exemplo, acontecimentos da vida *religiosa*, que não nos interessam, ao menos não primordialmente, do ângulo de seu significado econômico e em nome dele, mas que em determinadas circunstâncias podem adquirir um significado econômico sob esse ponto de vista, dado que deles resultam determinados *efeitos* que nos interessam sob uma pers-

► Neste parágrafo, uma idéia fundamental, que será retomada adiante, na página 37: a ciência não lida com coisas, mas com *problemas*, que dão significado aos eventos e os tornam *interessantes* para a análise.

Um comentário importante sobre este texto é que ele trata de uma questão que é central para a sociologia, a saber, a relação entre o conhecimento científico e o conhecimento comum. O texto afirma que a ciência não lida com coisas, mas com problemas, que dão significado aos eventos e os tornam interessantes para a análise.

pectiva econômica. São fenômenos “economicamente relevantes”.

E, finalmente, entre os fenômenos que *não* são “econômicos” neste nosso sentido encontram-se alguns cujos efeitos econômicos pouco ou nenhum interesse oferecem para nós, como a orientação do gosto artístico de uma dada época. No entanto, tais fenômenos mostram em determinados aspectos significativos de seu caráter uma *influência*, mais ou menos intensa, de motivos econômicos; no nosso caso, talvez, pela composição social do público interessado pela arte. São fenômenos economicamente *condicionados*.

Assim, por exemplo, o complexo de relações humanas, normas e condições normativamente determinadas que designamos por “Estado” é um fenômeno “econômico” no que se refere às finanças públicas. Na medida em que intervêm na vida econômica por vias legislativas, ou de qualquer outro modo (mesmo nos casos em que seu comportamento é determinado conscientemente por pontos de vista completamente diferentes dos econômicos), é “economicamente relevante”. Finalmente, na medida em que sua conduta e seu caráter são determinados por motivos econômicos, também em outras relações que não as “econômicas”, é “economicamente condicionado”.

Torna-se evidente, diante disso, que, por um lado, o âmbito das manifestações econômicas é fluido e não pode ser delimitado com rigor e, por outro, que os aspectos “econômicos” de um fenômeno nem são *apenas* “economicamente condicionados” nem *apenas* “economicamente eficazes”, e que um fenômeno só conserva a

qualidade de "econômico" na estrita medida em que nosso *interesse* volta-se exclusivamente a seu *significado* para a luta material pela existência.

Nossa revista, tal como a ciência econômico-social a partir de Marx e Roscher, não se ocupa apenas dos fenômenos "econômicos", mas também dos "economicamente relevantes" e "economicamente condicionados". Naturalmente, o âmbito desses objetos – que varia conforme a orientação de nosso interesse em cada caso – abrange a totalidade dos eventos culturais. Os motivos especificamente econômicos – isto é, aqueles que, por suas particularidades significativas para nós estão ligados a esse fato básico – atuam sempre onde a satisfação de uma necessidade, por mais imaterial que seja, envolve a utilização de meios externos *limitados*. Seu ímpeto influi assim por toda parte, determinando e modificando não só a forma da satisfação como também o conteúdo das necessidades culturais, até mesmo as de índole mais íntima.

A influência indireta das relações sociais, instituições e agrupamentos humanos, submetidos à pressão de interesses "materiais", estende-se (muitas vezes de modo inconsciente) por todos os domínios da cultura, sem exceção mesmo dos mais delicados matizes do sentimento estético e religioso. Tanto os acontecimentos da vida cotidiana como os fenômenos "históricos" de alta política, tanto os fenômenos coletivos ou de massa como as ações "singulares" dos estadistas ou as realizações literárias e artísticas individuais, sofrem sua influência: são "economicamente condicionados".

Por outro lado, o conjunto de todos os fenômenos e

► Nenhum evento traz escrito na testa que é "econômico". Só adquire esse caráter quando é iluminado por um específico interesse nosso.

► Outra idéia básica, que dá o tom de toda a interpretação de Weber: a escassez como dado básico quando se fala em economia (e não, por exemplo, a organização social da produção, como seria o caso em Marx).

► O conhecimento histórico explica um fenômeno dado (no caso, de cunho econômico; poderia ser religioso, ou estético) por uma causa particular. Já a interpretação histórica incide sobre toda uma dimensão da cultura, em relação a sua significação para o conjunto. Argumento semelhante encontra-se na página 50.

condições de existência de uma cultura historicamente dada influi sobre a configuração das necessidades materiais, sobre o modo de satisfazê-las, sobre a formação dos grupos de interesses materiais e sobre a natureza de seus meios de poder, e, por essa via, sobre a natureza do curso do “desenvolvimento econômico”, tornando-se assim “economicamente relevante”.

Na medida em que nossa ciência, pela regressão causal, atribui causas individuais – de caráter econômico ou não – a fenômenos culturais de índole econômica, ela busca um conhecimento “histórico”. Na medida em que persegue um elemento específico dos fenômenos culturais – neste caso o elemento econômico – por meio dos mais variados complexos culturais, no intuito de discernir seu significado cultural, ela busca uma interpretação histórica sob um ponto de vista específico. Oferece assim uma imagem parcial, um trabalho preliminar, para o conhecimento histórico completo da cultura.

Embora nem sempre uma intervenção de elementos econômicos, sob a forma de causa ou de efeitos, nos ponha diante de um problema econômico-social – pois este apenas se produz onde o significado de tais fatores é problemático e só pode comprovar-se mediante a aplicação dos métodos da ciência econômico-social – verifica-se sem embargo o alcance quase ilimitado do domínio de trabalho do modo de consideração socioeconômico.

Com deliberada autolimitação, nossa revista sempre renunciou ao cultivo de uma série de domínios específicos muito importantes de nossa disciplina, tais como economia descritiva, a história da economia em sentido

estrito e a estatística. Do mesmo modo, deixou para outros órgãos o estudo dos problemas técnico-financeiros e técnico-econômicos da formação do mercado e dos preços, na moderna economia de troca. A revista tem mantido como campo de trabalho o significado atual e o desenvolvimento histórico de determinadas constelações de interesses e de conflitos, nascidos na economia dos modernos países civilizados, com base no papel preponderante que o capital neles desempenhou, em sua busca de valorização. Nisso ela não se limitou aos problemas práticos e do desenvolvimento histórico da chamada "questão social" em sentido estrito, como as relações entre a moderna classe dos assalariados e a ordem social existente.

É claro que o estudo científico aprofundado do crescente interesse que esse problema teve em nosso país no decorrer da década de 1880 constituiu forçosamente uma de suas tarefas essenciais. No entanto, na medida em que o estudo prático das condições operárias se converteu, também entre nós, em objeto constante da legislação e da discussão pública, o centro de gravidade do trabalho científico foi obrigado a deslocar-se no sentido do estabelecimento das relações mais universais de que estes problemas fazem parte. Assim, teve que desembocar na tarefa de analisar *todos* os problemas culturais especificamente modernos criados pela natureza particular dos fundamentos econômicos da nossa cultura.

Desse modo, a revista desde logo se ocupou com as mais diversas condições de vida em parte "economicamente relevantes" e em parte "economicamente condicionadas" das demais grandes classes das modernas nações

civilizadas, assim como do exame, sob um ponto de vista histórico, estatístico e teórico, das relações entre elas.

Assim, apenas deduzimos as conseqüências dessa atitude quando afirmamos que o campo de trabalho característico de nossa revista é a pesquisa científica do *significado cultural geral da estrutura socioeconômica da vida social humana* e de suas formas de organização históricas.

É precisamente isso, e não outra coisa, o que pretendemos dizer ao intitular nossa revista *Arquivo para a Ciência Social*. Esse termo abrange aqui o estudo histórico e teórico dos mesmos problemas cuja solução prática constitui o objeto da "política social", no sentido mais lato da palavra. Fazemos uso nisso do direito de utilizar a expressão "social" conforme o significado que lhe é atribuído pelos problemas concretos da atualidade. Quando se dá o nome de "ciências da cultura" às disciplinas que estudam os acontecimentos da vida humana a partir de sua *significação cultural*, então a "ciência social", tal como nós a entendemos aqui, pertence a essa categoria. Em breve veremos quais conseqüências de princípio decorrem disso.

Não há dúvida de que sublinhar o aspecto *econômico-social* da vida cultural constitui uma delimitação muito sensível dos nossos temas. Objetar-se-á que o ponto de vista econômico ou, como se diz de modo impreciso, "materialista" a partir do qual consideramos a vida cultural revela-se "parcial". Certamente, e essa parcialidade é intencional. A crença em que a tarefa do trabalho científico consiste em curar essa parcialidade da perspectiva econômica mediante a sua ampliação até uma ciência ge-

► Trata-se do significado de estruturas socioeconômicas, não delas propriamente.

► Conseqüências que desembocam na formulação da página 58.

ral do social, sofre desde logo do defeito de que o ponto de vista do "social" – isto é, o das relações entre os homens – somente possui uma exatidão suficiente para delimitar problemas científicos quando provido de algum predicado especial que determine seu conteúdo. Do contrário, considerado como objeto de uma ciência, abrange naturalmente tanto a filologia como a história da Igreja, e em especial todas as disciplinas que se ocupam do mais importante elemento constitutivo de qualquer vida cultural – o Estado – e da mais importante forma de regulamentação normativa – o direito.

Assim como o fato de a economia social se ocupar dos fenômenos da vida ou dos fenômenos num corpo celeste não obrigam a considerá-la parte da biologia ou de uma futura astronomia aperfeiçoada, também a circunstância de tratar de relações "sociais" não constitui razão para ser considerada precedente necessário de uma "ciência social geral".

O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões "objetivas" entre as "coisas", mas as conexões conceituais entre os problemas. Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um método novo e se descobrem verdades que abrem novas e importantes perspectivas é que nasce uma nova "ciência".

Não é pois por casualidade que o conceito de "social", que parece ter sentido muito geral, adquire, logo que seu emprego é submetido a um controle, um significado muito particular e específico, embora geralmente indefinido. O que nele há de "geral" deve-se, com efeito, à sua indeterminação. Porque, se é encarado em seu significado geral, não oferece *ponto de vista* específico a partir

de um ponto de vista específico, e só o recebem quando se tornam interessantes – e, por isso, problemáticos – para nós.

► Esta passagem decorre do argumento básico de Weber, de que as "coisas" – no caso da vida social, os eventos e os objetos correlatos que se oferecem à nossa atenção – não trazem consigo seu significado e só o recebem quando se tornam interessantes – e, por isso, problemáticos – para nós.

do qual se possa iluminar a *significação* de determinados elementos culturais.

Libertos do preconceito obsoleto de que a totalidade dos fenômenos culturais poderia ser *deduzida* como produto ou como função de determinadas constelações de interesses “materiais”, cremos no entanto que a *análise dos fenômenos sociais e dos eventos culturais* sob a perspectiva especial de seu condicionamento e alcance *econômico* foi um princípio científico de fecundidade criadora, e continuará a sê-lo enquanto dele se fizer um uso prudente e livre de inibições dogmáticas. Quanto à chamada “concepção materialista da história”, é preciso repeli-la com a maior firmeza como “*concepção de mundo*” ou quando encarada como denominador comum da explicação causal da realidade histórica. Já o cultivo de uma *interpretação econômica da história* é um dos fins essenciais de nossa revista. Isso exige uma explicação mais detida.

É de esperar que a chamada “concepção materialista da história” – segundo, por exemplo, o *antigo* sentido genial-primitivo do *Manifesto Comunista* –, somente subsista hoje nas mentes de leigos ou diletantes. Entre esses, com efeito, encontra-se ainda muito difundido o singular fenômeno de que sua necessidade de explicação causal de um fenômeno histórico não fica satisfeita enquanto não se demonstre (mesmo que só na aparência) a intervenção de causas econômicas. Feito isso, eles passam a contentar-se com as hipóteses mais frágeis e as formulações mais genéricas, pois já se deu satisfação à sua necessidade dogmática segundo a qual as “forças” econômicas são as únicas causas “autênticas”, “verdadei-

► Aqui, uma tese forte contra Karl Marx, o principal adversário de Weber nesta altura do texto (depois, aparecerão outros).

ras" e "sempre determinantes em última instância". Esse fenômeno nada tem de extraordinário, de resto. Quase todas as ciências, da filologia à biologia, mostraram, numa ocasião ou noutra, a pretensão de produzir não só conhecimentos específicos como também "concepções de mundo". E, sob o impulso produzido pela enorme significação cultural das *modernas* transformações econômicas, e principalmente pelo transcendente alcance da "questão operária", não é de estranhar que também viesse a desembocar nesse caminho a inextirpável tendência monista de todo o conhecimento refratário à autocrítica.

Hoje, no momento em que as nações se enfrentam com hostilidade crescente numa luta política e econômica pelo domínio do mundo, a citada tendência redundada em proveito da antropologia. É hoje opinião corrente que, "em última análise", o decurso histórico não seria mais que a resultante da rivalidade de "qualidades raciais" inatas. A mera descrição acrítica das "características de um povo" foi substituída pela montagem, menos crítica ainda, de "teorias da sociedade" supostamente baseadas nas "ciências da natureza".

Em nossa revista, seguiremos de muito perto o desenvolvimento da investigação antropológica, sempre que se revele importante para nossos pontos de vista. É de esperar que a situação em que tomar a "raça" como elo final da cadeia causal meramente documentava nosso *não-saber* – como ocorreu, de modo semelhante, em relação ao "ambiente" ou, anteriormente, às "circunstâncias da época" –, possa vir a ser lentamente superada por um trabalho metodologicamente fundamentado. Se até este

momento houve alguma coisa que tenha prejudicado essa investigação, trata-se da idéia de diletantes zelosos, de que poderiam fornecer ao conhecimento de *cultura* algo de especificamente diferente e mais importante que o simples alargamento da possibilidade de uma atribuição segura dos acontecimentos culturais *concretos* e individuais da realidade histórica a certas causas *concretas*, *historicamente* dadas, mediante a obtenção de um material de observação *exato* a partir de perspectivas específicas. É apenas na medida em que a antropologia possa oferecer-nos *isso* que seus resultados terão interesse para nós e que a "biologia racial" adquirirá uma importância superior à de um mero produto da moderna febre de instaurar ciências.

Algo semelhante sucede com a importância da interpretação econômica do histórico. Se hoje – após um período de desmedida supervalorização – quase existe o perigo de se *subestimar* sua capacidade científica, isso não é mais do que a conseqüência da inaudita ausência de espírito crítico relativamente à interpretação econômica da realidade, concebida como método "universal", no sentido de uma dedução de conjunto dos fenômenos culturais – isto é, de tudo o que para nós é essencial neles – a partir de condições que em última instância seriam econômicas. Atualmente, a forma lógica sob a qual se apresenta essa interpretação não é inteiramente homogênea. Quando a explicação puramente econômica depara com dificuldades, dispõe de vários meios para sustentar sua validade geral como fator causal decisivo. Pode-se tratar de tudo aquilo que na realidade histórica *não* pode ser deduzido a partir de motivos econômicos

como algo que, *por isso mesmo*, seria "acidental" e cientificamente *insignificante*. Ou, então, amplia-se o conceito de economia a tal ponto que nele encontram lugar todos aqueles interesses humanos que, de uma maneira ou de outra, ligam-se a meios externos. No caso de existir a prova histórica de que, diante de duas situações *idênticas* sob o ponto de vista econômico, houve *reações diferentes* – em consequência de diferenças nas determinantes políticas, religiosas, climáticas ou quaisquer outras *não-econômicas* –, todos esses fatores são então rebaixados ao nível de "condições" historicamente acidentais, sob as quais os motivos econômicos atuam como "causas", tendo em vista preservar a supremacia do econômico.

É de entender, contudo, que todos esses aspectos "casuais" para a perspectiva econômica seguem suas próprias leis, no mesmo sentido em que o fazem os aspectos econômicos, e que, para uma abordagem que persegue seu significado específico, as respectivas "condições" *econômicas* são tão "historicamente acidentais" quanto na recíproca.

Finalmente, uma tentativa muito comum para manter, apesar de tudo, o significado preponderante da economia consiste em interpretar as constantes cooperações e interações dos diferentes elementos da vida cultural como *dependendo* causal ou funcionalmente uns dos outros, ou, melhor ainda, de um único elemento: o econômico. Desse modo, quando uma determinada instituição *não-econômica* realizou também, historicamente, uma determinada "função" ao serviço de quaisquer interesses econômicos de classe – isto é, quando se converteu em instrumento desta, como no caso de determinadas ins-

tituições religiosas, que se deixam utilizar como “polícia de batina” –, essa instituição é apresentada como expressamente criada para tal função, ou, de modo completamente metafísico, como tendo sido moldada por uma “tendência de desenvolvimento” de caráter econômico.

Atualmente, um perito na matéria dispensará ser informado de que *esta* interpretação dos fins da análise econômica da civilização era resultante, em parte, de uma determinada conjuntura histórica que orientou o interesse científico para certos problemas culturais economicamente condicionados, e, em parte também, de um raivoso apego à especialidade científica, e de que essa interpretação está hoje ao menos envelhecida. Em *nenhum* domínio dos fenômenos culturais pode a redução *unicamente* a causas econômicas ser exaustiva, mesmo no caso específico dos fenômenos “econômicos”.

Em princípio, a história *bancária* de não importa que povo que apenas se valesse de motivos econômicos em sua explicação é naturalmente tão impossível como, por exemplo, a “explicação” da Madona da Capela Sistina a partir das bases socioeconômicas da vida cultural da época de sua criação, e de modo algum é mais exaustiva do que, por exemplo, a explicação que fizesse derivar o capitalismo de certas transformações dos conteúdos da consciência religiosa que contribuíram para a gênese do espírito capitalista, ou ainda a que interpretasse qualquer configuração política a partir de determinados condicionamentos geográficos. Em *todos* esses casos, é decisiva, para a determinação da importância a ser concedida aos condicionamentos econômicos, a classe de causas que devemos *atribuir* àqueles elementos específicos do fe-

► Weber alude, aqui, à sua própria análise do desenvolvimento de um aspecto crucial do capitalismo ocidental moderno (no livro sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo), para alertar contra excessos em sua recepção.

nômeno em questão que consideramos *significativos* em cada caso particular.

O direito à análise *unilateral* da realidade cultural com base em "perspectivas" específicas – no nosso caso, a do seu condicionamento econômico – resulta desde logo, e de uma perspectiva puramente metodológica, da circunstância de que o treino da atenção para observar o efeito de determinadas categorias causais qualitativamente semelhantes, assim como a constante utilização do mesmo aparelho metodológico-conceitual, oferece todas as vantagens da divisão do trabalho. Ela não é "arbitrária" enquanto seu *êxito* falar por ela, isto é, enquanto oferecer um conhecimento de relações que demonstrem ser *valiosas* para a atribuição de causas a determinados acontecimentos históricos concretos. Mas a "parcialidade" e a irrealidade da interpretação puramente econômica apenas constituem um caso especial de um princípio de validade muito generalizada para o conhecimento científico da realidade cultural. Todas as subseqüentes discussões terão como fim essencial esclarecer as bases lógicas e as conseqüências gerais de método do que fica exposto.

Não existe nenhuma análise científica puramente "objetiva" da vida cultural, ou – o que pode significar algo mais limitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nossos propósitos – dos "fenômenos sociais", que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, como objeto de pesquisa. Deve-se isso

► Neste parágrafo e no próximo condensam-se as principais teses sustentadas por Weber neste texto: a ciência social trata de eventos empíricos, observáveis diretamente ou em documentos, que se revelem interessantes para ela, que mereçam sua atenção naquilo que têm de peculiar, e busca saber o que as tornou (ou torna) assim (e não de outros modos, também possíveis). A questão é: o que as torna interessantes, se não o são intrinsecamente ("objetivamente")?

ao caráter particular do alvo do conhecimento de qualquer trabalho das ciências sociais que se proponha a ir além de um estudo puramente *formal* das *normas* – legais ou convencionais – da convivência social.

A ciência social que *nós* pretendemos praticar é uma *ciência da realidade*. Procuramos compreender a realidade da vida que nos rodeia, e na qual nos encontramos situados, naquilo que tem de *específico*; por um lado, as conexões e a *significação* cultural de suas diversas manifestações em sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo.

Ocorre que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que se nos manifesta, “dentro” e “fora” de nós, sob uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente. E a absoluta infinidade dessa diversidade subsiste, sem nenhuma atenuante de seu caráter intensivo, até mesmo quando prestamos nossa atenção, isoladamente, a um único “objeto” – por exemplo, uma transação concreta –, e isso tão logo tentamos descrever de modo *exaustivo* essa “singularidade” *em todos* os seus componentes individuais, e muito mais ainda quando tentamos captá-la naquilo que tem de causalmente determinado. Assim, todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se no pressuposto tácito de que apenas um *fragmento* limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido”.

► Isso decorre diretamente da passagem assinalada na página 43.

Segundo quais princípios se isola então esse fragmento?

Insiste-se em procurar o critério decisivo, também nas ciências da cultura, na repetição regular, "conforme leis", de determinadas conexões causais. Segundo essa concepção, o conteúdo das "leis" que somos capazes de reconhecer na inesgotável diversidade do curso dos fenômenos deverá ser o único fator considerado cientificamente "essencial". Tão logo tenhamos demonstrado a "regularidade" de uma conexão causal, seja mediante uma ampla indução histórica, seja pelo estabelecimento para a experiência interna de sua evidência imediatamente intuitiva, admite-se que todos os casos semelhantes – por muito numerosos que sejam – ficam subordinados à fórmula assim encontrada. Tudo aquilo que, na realidade individual, continue a resistir à seleção feita a partir dessa "regularidade", ou é considerado um remanescente ainda não-elaborado cientificamente – que no entanto deverá ser integrado ao sistema das "leis" mediante aperfeiçoamentos contínuos –, ou é deixado de lado. Ou seja, é considerado "casual" e cientificamente secundário precisamente porque se revela "ininteligível quanto às leis" e não se integra no processo "típico", de modo que se tornará objeto de uma "curiosidade ociosa".

Em vista disso, reaparece sempre, mesmo entre os representantes da escola histórica, a concepção de que o ideal para o qual tende ou pode tender todo conhecimento, mesmo o das ciências da cultura – ainda que seja num futuro longínquo –, consistirá num sistema de proposições das quais seria possível "deduzir" a realidade. Sabe-se que um dos porta-vozes das ciências da natu-

► É a essa concepção, à qual se opõe, que Weber designa pelo termo "naturalismo".

reza julgou poder caracterizar a meta ideal (inacessível de fato) dessa elaboração da realidade cultural como conhecimento “astronômico” dos fenômenos da vida. Por muito debatida que seja essa questão, não poupemos esforços para um exame mais detido do tema.

Em primeiro lugar, salta à vista que esse conhecimento “astronômico”, em que se pensa no caso citado, não é de modo algum um conhecimento de *leis*, mas, ao contrário, extrai de outras disciplinas, como a mecânica, as “leis” com as quais trabalha, à maneira de *premissas*. Quanto à própria astronomia, interessa-lhe saber qual o efeito *individual* produzido pela ação dessas leis sobre uma constelação *individual*, dado que essas constelações têm *importância* para nós. Como é natural, toda constelação individual que a astronomia nos “explica” ou prediz só poderá ser causalmente explicável como consequência de outra constelação, igualmente individual, que a precede. E, por muito que recuemos na obscuridade do mais longínquo passado, a realidade *para* a qual tais leis são válidas permanece também individual, também resistente à dedução *com base* em leis.

Um “estado original” cósmico que não possuísse um caráter individual, ou que o tivesse em menor grau do que a realidade cósmica atual, naturalmente seria um pensamento desprovido de sentido. No entanto, não sobrevive na nossa especialidade um resto de representações semelhantes, quando se supõem “estados primitivos” socioeconômicos sem nenhuma “casualidade” histórica, quer inferidos do direito natural, quer verificados mediante a observação dos “povos primitivos”? É o caso, por exemplo, do “comunismo agrário primitivo”, da

"promiscuidade sexual" etc., dos quais nasceria, por uma espécie de queda pecaminosa no concreto, o desenvolvimento histórico individual.

O ponto de partida do interesse pelas ciências sociais sem dúvida reside na configuração *real* e portanto individual da vida sociocultural que nos rodeia, quando queremos apreendê-la em seu contexto *universal*, nem por isso menos *individual* em sua forma, e em seu desenvolvimento a partir de outros estados socioculturais, evidentemente individuais também. Torna-se claro que, do mesmo modo, nós nos encontramos perante a situação extrema que acabamos de expor no caso da astronomia (e que os metodólogos também utilizam regularmente), e até de um modo especificamente acentuado. Enquanto no campo da astronomia os corpos celestes apenas despertam nosso interesse por suas relações *quantitativas*, suscetíveis de medições exatas, no campo das ciências sociais, ao contrário, o que nos interessa é o matiz *qualitativo* dos fatos. A isso soma-se que, nas ciências sociais, trata-se da intervenção de fenômenos *espirituais*, cuja "compreensão" por revivência constitui uma tarefa especificamente diferente da que poderiam, ou quereriam, resolver as fórmulas do conhecimento exato da natureza. Apesar de tudo, tais diferenças não são categóricas como à primeira vista poderiam parecer.

Salvo o caso da mecânica pura, nenhuma ciência da natureza pode prescindir da qualidade. Além disso, deparamos em nosso próprio campo com a opinião – errônea – de que o fenômeno, fundamental para nossa civilização, do comércio financeiro, é suscetível de quantificação e, portanto, cognoscível mediante "leis". Por úl-

timo, dependeria da definição mais ou menos lata do conceito de “lei” que nele se pudessem incluir as regularidades não-suscetíveis de expressão numérica por não serem quantificáveis.

No que respeita especialmente à intervenção de motivos “espirituais”, esta de modo algum exclui o estabelecimento de *regras* para a ação racional. Mas, sobretudo, sucede que ainda hoje não desapareceu completamente a opinião de que é tarefa da *psicologia* desempenhar, para as diversas “ciências do espírito”, um papel comparável ao das matemáticas para as ciências da natureza. Para tal, ela deveria decompor os complicados fenômenos da vida social nas suas condições e efeitos psíquicos, reduzi-los a fatores psíquicos os mais simples possíveis, e enfim classificar estes últimos por gêneros e analisar as suas relações funcionais. Assim, ter-se-ia conseguido criar, senão uma “mecânica”, ao menos uma “química” da vida social, em suas bases psíquicas. Não nos cabe decidir aqui se tais análises poderão alguma vez contribuir com resultados particulares que sejam valiosos e – o que é diferente – úteis para as ciências da *cultura*. No entanto, isso não afeta de modo algum a possibilidade de se atingir a *meta* do conhecimento socioeconômico, tal como o entendemos aqui – ou seja, o conhecimento da *realidade* concreta segundo seu *significado* cultural e suas relações causais – mediante a busca da repetição regular.

Supondo que alguma vez, quer mediante a psicologia, quer de qualquer outro modo, se conseguisse decompor em quaisquer “fatores” últimos e simples todas as conexões causais imagináveis da coexistência humana, tanto as que já foram observadas como as que um dia será pos-

► O termo mais usual, atualmente, seria “ciências da cultura” (ou seja, que tratam de significados socialmente compartilhados). Para Weber, contudo, importa neste passo a distinção entre “espírito” (cultura) e “natureza”.

► Aqui o autor avança um passo importante em sua argumentação. O conhecimento científico-social não se detém no caso singular, por significativo que seja: busca detectar e interpretar a “repetição regular” de eventos (que, no caso do estudo da sociedade, envolve ações).

sível estabelecer, e se conseguisse abrangê-las de modo exaustivo numa imensa casuística de conceitos e regras com a validade rigorosa de leis, que significaria esse resultado para o conhecimento, quer do mundo cultural *historicamente* dado, quer de algum fenômeno particular, como o do capitalismo em sua evolução e em seu significado cultural? Como *meio* de conhecimento, não significa nem mais nem menos do que aquilo que um dicionário das combinações da química orgânica significa para o conhecimento *biogenético* dos reinos animal e vegetal.

Tanto num caso como noutro ter-se-ia realizado um importante e útil trabalho preliminar. Tanto num caso como noutro, contudo, seria impossível chegar alguma vez a *deduzir* a realidade da vida a partir dessas "leis" e "fatores". Não porque subsistissem ainda, nos fenômenos vitais, determinadas "forças" superiores e misteriosas ("dominantes", "enteléquias" ou outras) – o que já constitui outro problema –, mas simplesmente porque, para o conhecimento da realidade, apenas nos interessa a *constelação* em que esses "fatores" (hipotéticos) se agrupam, formando um fenômeno cultural historicamente *significativo* para nós, e também porque, se pretendemos "explicar causalmente" esses agrupamentos individuais, teríamos de nos reportar constantemente a outros agrupamentos igualmente individuais, a partir dos quais os "explicaríamos", embora utilizando naturalmente os citados (hipotéticos) conceitos de "leis".

O estabelecimento de tais "leis" e "fatores" (hipotéticos) apenas constituiria, para nós, a *primeira* de várias operações às quais o conhecimento a que aspiramos nos conduziria. A segunda operação, completamente nova e

independente, apesar de se basear nessa tarefa preliminar, seria a análise e a exposição ordenada do agrupamento individual desses “fatores” historicamente dados e da combinação concreta e *significativa* dele resultante e, acima de tudo, consistiria em *tornar inteligível* a causa e a natureza dessa significação. A terceira operação seria remontar o mais possível ao passado, e observar como se desenvolveram as diferentes características individuais dos agrupamentos de importância para o presente, e proporcionar uma explicação histórica a partir dessas constelações anteriores, igualmente individuais. Por último, uma possível quarta operação consistiria na avaliação das constelações possíveis no futuro.

Para todas essas finalidades seria muito útil, indispensável mesmo, a existência de conceitos claros e o conhecimento dessas (hipotéticas) “leis”, como *meios* heurísticos, mas unicamente como tal. Mas, mesmo com essa função, existe *um* ponto decisivo que demonstra o limite de seu alcance, com o que somos conduzidos à peculiaridade decisiva do método nas ciências da cultura; ou seja, nas disciplinas que aspiram a conhecer os fenômenos da vida segundo sua *significação cultural*. A *significação* da configuração de um fenômeno cultural e a *causa* dessa significação não podem contudo deduzir-se de nenhum sistema de conceitos de leis, por mais perfeito que seja, como também não podem ser justificados nem explicados por ele, dado que pressupõem a relação dos fenômenos culturais com *idéias de valor*.

O conceito de cultura é um *conceito de valor*. A realidade empírica é “cultura” para nós porque, e na medida em que, nós a relacionamos a idéias de valor. Ela abrange

► Estamos próximos do cerne da posição de Weber. O estudo “isento de pressupostos” do mundo da cultura não nos levaria a nada, nem mesmo a reconhecer o objeto, o que interessa estudar. Retorna a questão: o que pode fornecer esses pressupostos? (Veja o desdobramento disso nas páginas 53-54).

► Uma coisa é ser importante por constituir fenômeno observável em grande escala; outra, é desempenhar papel fundamental numa civilização (aqui o termo é empregado no mesmo sentido do que, em outros passos, "cultura").

► Neste ponto nos defrontamos com duas acepções de *significativo*: uma, de caráter genérico (o interesse pela troca como fenômeno econômico, por exemplo); outra – o decisiva –, relativa ao modo como o fenômeno (a troca, no caso) se apresenta numa configuração histórica particular.

dência casual nos ocultar sua discrepância de *princípio*, isso poderá acarretar as mais funestas conseqüências.

A *significação* cultural de um fenômeno – por exemplo, o do comércio monetário – pode consistir no fato de se manifestar como fenômeno de massa, um dos elementos fundamentais da civilização contemporânea. Mas, de imediato, o fato *histórico* de desempenhar esse papel é que constitui o que deverá ser compreendido sob o ponto de vista da sua *significação* cultural, e explicado causalmente sob a perspectiva da sua origem histórica. A análise da essência *geral* da troca e da *técnica* do tráfico comercial constituem uma tarefa *preliminar*, ainda que extremamente importante e indispensável. Mas não fica assim resolvida a questão de como a troca chegou historicamente a alcançar a fundamental significação que hoje possui; mas, antes de mais nada, aquela que, em última análise, nos interessa: qual a *significação cultural* da economia monetária. Pois é com respeito a ela que nos interessamos pela descrição da técnica de circulação, e é pela mesma razão que existe hoje uma ciência dedicada a essa técnica. De todo modo, a troca não se deduz de nenhuma dessas "leis". As *características genéricas* da troca, da compra etc. interessam ao jurista. Mas o que a nós interessa é a tarefa de analisar a *significação cultural* do fato *histórico* de a troca constituir, hoje, um fenômeno de massa. Quando esse fato deve ser explicado, quando pretendemos compreender a *diferença* entre nossa civilização socioeconômica e a da Antigüidade – quando a troca apresentava exatamente as mesmas qualidades genéricas de hoje –, quando queremos saber em que consiste a *significação* da "economia monetária", surgem

então na análise princípios lógicos de origem claramente heterogênea. Por certo que, *enquanto* contenham elementos significativos de nossa cultura, utilizaremos os conceitos que a análise dos elementos genéricos dos fenômenos econômicos de massa nos oferece como *meios* de exposição. Mas, por muito exata que seja a distinção desses conceitos e leis, não só não teremos alcançado o *alvo* de nossa tarefa como a questão sobre qual deve ser o objeto da formação de conceitos genéricos não ficará "livre de pressupostos", dado que foi decidida em função da *significação* que possuem, para a *cultura*, determinados elementos dessa multiplicidade infinita que chamamos "comércio".

Aspiramos ao conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, *significativo na sua especificidade*. E o que aqui existe de decisivo é o fato de só adquirir sentido lógico a idéia de um conhecimento dos fenômenos *individuais* mediante a premissa de que *apenas uma parte finita* da infinita diversidade de fenômenos é *significativa*. Mesmo com o mais amplo conhecimento de *todas as "leis"* do devir ficaríamos perplexos ante o problema de como é *possível em geral a explicação causal* de um fato *individual*, posto que nem sequer se pode pensar a mera *descrição* exhaustiva do mais ínfimo fragmento da realidade. Pois o número e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre *infinitos*, e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa entrar isoladamente em linha de conta. A tentativa de um conhecimento da realidade "livre de pressupostos" apenas conseguiria produzir um caos de "juízos existen-

ciais” acerca de inúmeras percepções particulares. E até mesmo esse resultado seria possível só na aparência, pois a realidade de cada uma das percepções, expostas a uma análise detalhada, oferece um sem-número de elementos particulares, que nunca poderão ser expressos de modo exaustivo nos juízos de percepção.

Este caos só pode ser ordenado pela circunstância de que, em qualquer caso, unicamente um *segmento* da realidade individual possui interesse e *significado* para nós, posto que só ele se encontra em relação com as *idéias de valor culturais* com que abordamos a realidade. Portanto, só alguns *aspectos* dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma *significação geral para a cultura*, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objeto da explicação causal. Também essa explicação causal oferece, por sua vez, o mesmo caráter, pois uma regressão causal *exaustiva* com base em qualquer fenômeno concreto, para captar sua *plena* realidade, não só resulta impossível, na prática, como é pura e simplesmente um absurdo. Apenas colocamos em relevo as causas a que se podem *atribuir*, num caso concreto, os elementos “essenciais” de um acontecimento. Quando se trata da *individualidade* de um fenômeno, o problema da causalidade não incide sobre *leis*, mas sobre *conexões* causais concretas; não se trata de saber a que fórmula se deve subordinar o fenômeno a título de exemplar, mas sim a que constelação particular deve ser imputado como resultado. Trata-se, portanto, de um *problema de imputação*. Onde quer que se trate de explicação causal de um “fenômeno cultural” – ou de uma “individualidade histórica”, expressão já utilizada

► Dado que os fenômenos sociais não exibem nenhum caráter objetivamente intrínseco a eles, não há saída senão buscar suas causas mediante a atribuição (imputação) dessa condição a outros fenômenos (ou a um conjunto deles), para em seguida pesquisar se a relação suposta se confirma.

relativamente à metodologia da nossa disciplina, e agora habitual na lógica, com uma formulação mais precisa –, o conhecimento das *leis* da causalidade não poderá constituir o *fim*, mas antes o *meio* do estudo. Ele facilita e possibilita a imputação causal dos elementos dos fenômenos, tornados importantes para a cultura por sua individualidade, às suas causas concretas. É apenas na medida em que presta esse serviço que poderá ter valor para o conhecimento das conexões individuais. E quanto mais "gerais", isto é, abstratas, são as leis, menos contribuem para as necessidades da imputação causal dos fenômenos *individuais* e, indiretamente, para a compreensão da significação dos acontecimentos culturais.

Que se conclui de tudo isso?

De modo algum que, no campo das ciências da cultura, o conhecimento do *geral*, a formação de conceitos genéricos abstratos, o conhecimento de regularidades e a tentativa de formulação de relações "regulares" não tenham uma justificação científica. Muito ao contrário. Se o conhecimento causal do historiador consiste numa *imputação* de certos resultados concretos a determinadas causas concretas, então é *impossível* uma imputação *válida* de qualquer resultado individual sem a utilização de um conhecimento "nomológico" – isto é, do conhecimento das regularidades das conexões causais. Para saber se a um elemento individual e singular de uma conexão cabe atribuir, na realidade, uma importância causal para o resultado que se trata de explicar causalmente, *apenas* existe a possibilidade de proceder à avaliação das influências que nos habituamos a esperar *geralmente* tanto deste como de *outros* elementos do mesmo com-

► Conclusão importante: a imputação (hipotética) de causas ao fenômeno que interessa explicar de que se falava antes não dispensa o conhecimento da regularidade de ocorrências ("nomológico").

plexo que sejam pertinentes à explicação. Essas influências constituem, por conseguinte, os efeitos “adequados” dos elementos causais em questão.

Saber até que ponto o historiador (no sentido mais lato da palavra) é capaz de realizar com segurança essa imputação, com o auxílio de sua imaginação metodicamente educada e alimentada por sua experiência pessoal de vida, e até que ponto estará dependente do auxílio de determinadas ciências especializadas postas a seu alcance, é algo que depende de cada caso particular. Mas em qualquer caso, e portanto também no campo dos fenômenos econômicos complexos, a *segurança* da imputação é tanto maior quanto mais seguro e amplo for nosso conhecimento geral. O valor dessa afirmação não fica de modo algum diminuído pelo fato de que nunca, mesmo nas chamadas “leis econômicas”, trata-se de conexões “regulares” no sentido estrito das ciências da natureza, mas sim de conexões causais *adequadas*, expressas em regras, e portanto de uma aplicação da categoria da “possibilidade objetiva”, que não analisaremos aqui com mais pormenores. Ocorre que o estabelecimento de tais regularidades não é a *finalidade*, mas sim um *meio* do conhecimento. E quanto a saber se tem sentido formular como “lei” uma regularidade de conexões causais, observada na experiência cotidiana, não é mais que uma questão de conveniência em cada caso concreto. Para as ciências exatas da natureza as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto *mais geral* é sua validade. Para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos as leis *mais gerais* são freqüentemente as menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo. Pois

► Weber encontrou essa ideia de “possibilidade objetiva” na obra do historiador Eduard Meyer (que discute em seus escritos metodológicos). Um evento – por exemplo, uma batalha – pode tornar-se significativo pelos efeitos que teve em contraste com os que resultariam caso assumisse uma outra configuração, igualmente possível (no exemplo da batalha, a vitória do outro lado).

quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico – isto é, quanto maior a sua *extensão* –, tanto mais nos *afasta* da riqueza da realidade, posto que, *para* poder abranger o que existe de comum no maior número possível de fenômenos, forçosamente deverá ser o mais abstrato e *pobre* de conteúdo. No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio.

De tudo o que até aqui se disse resulta que carece de razão de ser um estudo "objetivo" dos acontecimentos culturais, no sentido em que o fim ideal do trabalho científico deveria consistir numa redução da realidade empírica a certas leis. Carece de razão de ser, *não* porque – como freqüentemente se sustentou – os acontecimentos culturais ou, se se quiser, os fenômenos espirituais evoluam "objetivamente" de modo menos sujeito a leis, mas:

- a) porque o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito; e
- b) porque nenhum conhecimento dos acontecimentos *culturais* poderá ser concebido senão com base na *significação* que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações *singulares*.

Não existe nenhuma lei que nos mostre em que sentido e em que condições isso sucede, pois o decisivo são as *idéias de valor* sob as quais consideramos a "cultura"

em cada caso. A “cultura” é um segmento finito do decurso infinito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu – do ponto de vista do *homem* – um sentido e uma significação. E continua a ser assim mesmo para quem se opõe a uma cultura *concreta* como inimigo implacável e preconiza o “regresso à natureza”. Pois apenas pode adotar essa posição quando *compara* essa cultura concreta às suas próprias idéias de valor, considerando aquela como “demasiado superficial”. Referimo-nos precisamente a esta circunstância *puramente lógica e formal*, quando afirmamos que todo o indivíduo histórico está arraigado, de modo logicamente necessário, a “idéias de valor”.

► Passagem fundamental: a condição prévia, sem a qual não se pode falar do conhecimento científico do mundo dos significados e dos valores (da cultura) é a capacidade dos homens (ou seja, de entes ativos e pensantes, portanto motivados por interesses lastreados em valores) de atribuir sentido àquilo que não o tem *de per se*.

► A referência é, em especial, ao filósofo Heinrich Rickert. Refere-se, contudo, à “terminologia” e deixa subentendida uma diferença essencial. É que, enquanto Rickert fala de “valores”, Weber fala de “idéias de valor”. O termo “lógico” aplica-se, aqui, ao que chamáramos de teoria ou filosofia da ciência, e não a lógica como disciplina formal das leis gerais do raciocínio válido.

A premissa transcendental de qualquer *ciência da cultura* reside *não* no fato de considerarmos *valiosa* uma “cultura” determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos *homens* de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumir uma *posição* consciente diante do mundo e de lhe conferir um *sentido*. Qualquer que seja este sentido, influirá para que, no decurso de nossa vida, extraíamos dele nossas *avaliações* de determinados fenômenos da convivência humana e assumamos perante eles, considerados *significativos*, uma *posição* (positiva ou negativa). Seja qual for o conteúdo dessa tomada de posição, tais fenômenos possuem para nós uma *significação* cultural, que constitui a base única de seu interesse científico.

Por conseguinte, quando utilizamos aqui a terminologia dos lógicos modernos e dizemos que o conhecimento cultural é condicionado por determinadas idéias de *valor*, esperamos que isso não seja suscetível de mal-

entendidos tão grosseiros como a opinião de que apenas se deve atribuir significação cultural aos fenômenos *valiosos*. Pois tanto a prostituição como a religião ou o dinheiro são fenômenos *culturais*, e o são única e exclusivamente enquanto sua existência e a forma que *historicamente* adotam correspondem direta ou indiretamente aos nossos *interesses* culturais, enquanto animam nosso desejo de conhecimento a partir de pontos de vista derivados das idéias de valor, as quais tornam *significativo* para nós o fragmento de realidade expresso naqueles conceitos.

Disso resulta que todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a *pontos de vista* especificamente *particulares*. Quando exigimos do historiador ou do sociólogo a premissa elementar de saber distinguir entre o essencial e o secundário, de possuir para esse fim os "pontos de vista" necessários, queremos unicamente dizer que ele deverá saber referir – consciente ou inconscientemente – os elementos da realidade a "valores culturais" universais e destacar *aquelas* conexões que para nós se revistam de significado. E se é freqüente a opinião de que tais pontos de vista poderão ser "deduzidos da própria matéria", isso apenas se deve à ingênua ilusão do especialista que não se dá conta de que – desde o início e em virtude das idéias de valor com que inconscientemente abordou o tema – destacou da imensidade absoluta um fragmento ínfimo, e particularmente *aquele* cujo exame lhe importa.

A propósito dessa seleção de "aspectos" especiais e *individuais* do devir, que sempre e em todos os casos se realiza consciente ou inconscientemente, reina tam-

bém essa concepção do trabalho científico-cultural que constitui a base da tão repetida afirmação de que o elemento “pessoal” é o que verdadeiramente confere valor a uma obra científica. Ou seja, de que qualquer obra deveria exprimir uma “personalidade” paralelamente a outras qualidades.

Por certo que sem as idéias de valor do investigador não existiria nenhum *princípio de seleção* nem conhecimento sensato do real singular e, assim como sem a *crença* do pesquisador na *significação* de um conteúdo cultural qualquer resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo do conhecimento da realidade *individual*, também a orientação de sua convicção pessoal e a difração dos valores no espelho de sua alma conferem a seu trabalho uma direção. E os valores a que o gênio científico refere os objetos de sua investigação poderão determinar a “concepção” que se fará de toda uma época. Isto é, não só poderão ser decisivos para aquilo que se considera “valioso” nos fenômenos, mas ainda para o que passa por ser significativo ou insignificante, “importante” ou “secundário”.

O conhecimento científico-cultural tal como o entendemos encontra-se *preso*, portanto, a premissas “subjetivas” pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação, por muito indireta que seja, com os acontecimentos a que conferimos uma *significação* cultural. Apesar disso, continua naturalmente a ser um conhecimento puramente *causal*, exatamente como o conhecimento de eventos naturais individuais importantes dotados de caráter qualitativo.

Paralelamente às numerosas confusões originadas pelo imiscuir do pensamento jurídico formalista na esfera das ciências culturais, surgiu recentemente, entre outras, a tentativa de "refutar" a "concepção materialista da história" através de uma série de engenhosos sofismas. Para tanto argumenta-se que, dado que toda a vida econômica deveria evoluir dentro de determinadas *formas reguladas* de modo legal ou convencional, qualquer "evolução" econômica deveria adotar o aspecto de aspirações para a criação de novas *formas jurídicas*. Isto é, que apenas poderia ser compreensível a partir de certas máximas morais, e seria por isso diferente, em essência, de qualquer "evolução natural". O conhecimento da evolução econômica teria assim um caráter "teleológico".

Sem querermos discutir aqui o significado ambíguo que o conceito de "evolução" comporta nas ciências sociais, nem o conceito igualmente ambíguo, do ponto de vista lógico, de "teleológico", cabe estabelecer que a economia não é necessariamente "teleológica" tal como pressupõe essa concepção.

Mesmo no caso de uma total identidade de forma das normas jurídicas vigentes, pode mudar de modo radical a *significação* cultural das *relações* jurídicas de caráter normativo e, conseqüentemente, as próprias normas. Pois se nos permitirmos um mergulho em divagações sobre o futuro, poder-se-ia imaginar, por exemplo, como teoricamente realizada uma "socialização dos meios de produção", sem que se houvesse produzido qualquer "aspiração" conscientemente dirigida para esse resultado, e sem que houvesse necessidade de acrescentar ou suprimir qualquer artigo da nossa atual legislação. Em com-

► A referência é ao jurista Rudolf Stammier, a cuja obra Weber dedicou extensa crítica, reproduzida nos seus escritos sobre metodologia das ciências sociais.

► Ou seja, ela seria explicada pelo fim ao qual se dirige.

► Referente à legislação futura.

► A mesma linha de argumentação, por outro (importante) ângulo. Não é o resultado final efetivo que importa, mas o modo como o agente o concebe e, ao fazê-lo, converte em motivo (causa, para os outros) de sua ação. Assim, conhecer o resultado esperado da ação equivale a conhecer sua causa, da perspectiva do agente, que cabe ao analista reconstruir.

pensação, a frequência estatística das diversas relações legalmente normalizadas seria sem dúvida modificada de modo radical e em numerosos casos ficaria reduzida a zero, e uma grande parte das normas jurídicas perderia *praticamente* qualquer significação, e toda a sua significação para a cultura se tornaria irreconhecível. Por conseguinte, a concepção "materialista" da história poderia assim eliminar com razão as discussões *de lege ferenda*, dado que o seu ponto de vista básico afirmava precisamente a mudança inevitável de *significação* das instituições jurídicas. Todo aquele para quem o modesto trabalho da compreensão causal da realidade histórica constitui uma tarefa inferior poderá desinteressar-se dele, mas é realmente impossível substituí-lo por qualquer "teleologia". Na *nossa* concepção, "fim" é a representação de um *resultado* que se converte em *causa* de uma ação; e lhe atribuímos o mesmo peso que a *qualquer* causa que contribua ou possa contribuir para um resultado *significativo*. A sua significação específica baseia-se unicamente em que podemos e queremos não só *constatar* a atividade humana como também *compreendê-la*.

É indubitável que as idéias de valor são "subjetivas". Entre o interesse "histórico" por uma crônica familiar e aquele dedicado à evolução dos maiores fenômenos concebíveis, que durante largas épocas foram e continuam a ser comuns a uma nação ou a toda a humanidade, existe uma escala infinita de "significações", cujos graus se apresentarão, para cada um de nós, numa ordem diferente. E naturalmente essa ordem também varia historicamente de acordo com o caráter da cultura e do pensamento que domina os homens.

É evidente, no entanto, que *não* devemos deduzir de tudo isso que a *investigação* científico-cultural apenas conseguiria obter *resultados* "subjetivos", no sentido em que são válidos para uns, mas não para outros. O que varia é o *grau de interesse* que se manifesta por um ou por outro. Em outras palavras: apenas as idéias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto do estudo e os limites desse estudo. No que se refere ao *método* da investigação – o "como" – é o ponto de vista dominante que determina a formação dos conceitos auxiliares de que se utiliza; quanto ao modo de *utilizá-los*, o investigador encontra-se evidentemente ligado às normas de nosso pensamento. Porque só é uma verdade científica aquilo que *quer* ser válido para todos os que *querem* a verdade.

Ora, daqui se deduz a total insensatez da crença, que por vezes encontramos mesmo entre historiadores da nossa especialidade, segundo a qual o alvo das ciências da cultura poderia ser a elaboração de um sistema fechado de conceitos, que de um modo ou de outro sintetizaria a realidade mediante uma articulação *definitiva*, a partir da qual se poderia de novo deduzi-la.

O fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante e sob um aspecto diferente, e permanece variável o âmbito daquilo que, no fluxo eternamente infinito do individual, adquire para nós importância e significação, convertendo-se em "individualidade histórica". Mudam também as relações intelectuais sob as quais são estudados e cientificamente compreendidos. Por conseguinte, os pontos de

partida das ciências da cultura continuarão a ser variáveis no imenso futuro, enquanto uma espécie de imobilidade chinesa da vida espiritual não desacostumar a humanidade de fazer perguntas à sempre inesgotável vida.

Um sistema das ciências culturais, embora só o fosse no sentido de uma fixação definitiva, objetivamente válida e sistematizadora das *questões* e dos *campos* dos quais se espera que tratem, seria um absurdo em si. Uma tentativa desse tipo poderá apenas resultar numa justaposição de diferentes pontos de vista, especificamente particulares e muitas vezes heterogêneos e dispares entre si, sob os quais a realidade tem sido e permanecerá para nós “cultura”, isto é, significativa na sua particularidade.

Após essas prolongadas discussões, podemos finalmente dedicar-nos à questão que nos interessa *metodologicamente* a propósito do estudo da “objetividade” do conhecimento nas ciências da cultura. Qual é a função lógica e a estrutura dos *conceitos* com os quais trabalha a nossa ciência, à semelhança de qualquer outra? Ou, para o dizer de outro modo e em função do problema decisivo: qual é a significação da *teoria* e da formação teórica dos *conceitos* para o conhecimento da realidade cultural?

Como já vimos, a economia política tinha sido originalmente uma “técnica”, pelo menos no que se refere ao núcleo de seus estudos. Isto é, considerava os fenômenos da realidade sob uma perspectiva prática de valor, estável e unívoca ao menos na aparência: a da perspectiva do crescimento da “riqueza” da população num país. Entretanto, desde o início a economia política não era *apenas* uma “técnica”, dado que se incorporou à poderosa unidade da concepção do mundo do século XVIII, de

caráter racionalista e orientada pelo direito natural. Mas a particularidade dessa concepção de mundo, com sua fé otimista na racionalização teórica e prática do real, teve um efeito essencial, ao *evitar* que fosse descoberto o caráter *problemático* da perspectiva que ela pressupunha ser evidente. Do mesmo modo que o estudo racional da realidade social havia nascido em estreita relação com a evolução moderna das ciências da natureza, assim também continuou semelhante a elas no modo de encarar o seu objeto.

Ora, nas disciplinas das ciências da natureza, a perspectiva prática de valor relativa ao que é diretamente útil tecnicamente desde o início se encontrava em estreita relação com a esperança – herdada da Antigüidade e desenvolvida posteriormente – de que, pelo caminho generalizador da abstração e da análise do empírico orientada para as relações legais, seria possível chegar a um conhecimento puramente “objetivo” – isso significa, aqui, um conhecimento desligado de todos os valores – e ao mesmo tempo absolutamente racional – ou seja, um conhecimento monista de toda a realidade e livre de qualquer “contingência” individual, sob o aspecto de um sistema *conceitual de validade metafísica e forma matemática*.

As disciplinas das ciências da natureza que se encontram ligadas a pontos de vista axiológicos, tais como a medicina clínica, e, mais ainda, a chamada “tecnologia”, converteram-se em puras “artes práticas”. Desde o princípio estavam determinados os valores que deveriam servir: a saúde do paciente, o aperfeiçoamento técnico de um processo de produção etc. Os meios a que recor-

reram eram, e só podiam ser, a aplicação prática dos conceitos de lei descobertos pelas disciplinas teóricas. Qualquer progresso de princípio na formação das leis era, ou podia ser, também um progresso na disciplina prática. Porque, quando os fins permanecem inalteráveis, a redução progressiva de questões práticas (um caso de doença, um problema técnico) a leis de validade geral e a conseqüente ampliação do conhecimento teórico ligam-se à ampliação das possibilidades técnicas e práticas e se identifica com ela.

Quando a biologia moderna conseguiu englobar igualmente os elementos da realidade que nos interessam *historicamente* (pelo fato de haverem ocorrido precisamente assim e não de outro modo) dentro do conceito de um princípio de evolução de validade geral, que ao menos na aparência – mas não na realidade – permitia ordenar todo o essencial daqueles objetos dentro de um esquema de leis com validade geral, dir-se-ia que, sobre todas as ciências, pairava ameaçadoramente o crepúsculo dos deuses de todas as perspectivas axiológicas. Dado que também o chamado devir histórico era um fragmento da realidade total, e que o princípio de causalidade – premissa de qualquer trabalho científico – parecia exigir a redução de todo o devir a “leis” de validade geral, e dado também o descomunal êxito das ciências da natureza, que haviam incorporado esse princípio, parecia impossível conceber um trabalho científico que não fosse o da descoberta de *leis* do acontecer em geral. O elemento científico essencial dos fenômenos apenas podia ser constituído pelo aspecto “legal”, enquanto os “acontecimentos individuais” só podiam ser considerados “tipos”,

justaposição de observações históricas. Para conseguir estabelecê-las – pois está convencido de que esse é o fim supremo da ciência – parte do fato de que experimentamos constantemente as relações da atividade humana na sua realidade imediata. Diante disso, julga poder tornar esse curso dos eventos diretamente inteligível com evidência axiomática e assim explorá-los em suas “leis”. A única forma exata do conhecimento, a formulação de leis imediata e intuitivamente *evidentes*, seria ao mesmo tempo a única que nos permitiria deduzir os acontecimentos não diretamente observáveis. Em consequência, o estabelecimento de um sistema de proposições abstratas e puramente formais, por analogia com as proposições das ciências exatas, seria o único meio de dominar intelectualmente a diversidade social, ao menos no que se refere aos fenômenos fundamentais da vida econômica.

► A referência mais provável nesta passagem não é exatamente ao criador da teoria da utilidade marginal, mas a seu importante teórico Karl Menger.

Apesar de ter sido o criador dessa teoria o *primeiro e único* a efetuar uma distinção metodológica de princípio entre o conhecimento legal e o histórico, atribuiu uma *validade* empírica às proposições da teoria abstrata, no sentido de uma *possibilidade de dedução* da realidade a partir dessas “leis”. É certo que não o fazia no sentido da validade empírica das proposições econômicas abstratas por elas próprias, mas sim no sentido de, uma vez alcançadas teorias “exatas” correspondentes a todos os *outros* elementos que entram em linha de conta, dever o *conjunto* de todas estas teorias abstratas conter a verdadeira realidade das coisas, isto é, tudo aquilo que, da realidade, fosse digno de ser conhecido. A teoria exata da economia estabeleceria a influência de *um* motivo psicológico,

o que significa, aqui, como representantes ilustrativos das leis. O interesse por eles próprios e como tais não era considerado um interesse "científico".

Torna-se impossível pormenorizar aqui as importantes repercussões desse estado de espírito cheio de confiança do monismo naturalista sobre as disciplinas econômicas. Quando a crítica socialista e o trabalho dos historiadores começaram a transformar em problemas as perspectivas axiológicas originais, a poderosa evolução da investigação biológica, por um lado, e a influência do panlogismo hegeliano, por outro, impediram que a economia política reconhecesse com precisão toda a amplitude da relação entre o conceito e a realidade.

O resultado disso, no que nos interessa aqui, é que, apesar do formidável dique erguido pela filosofia idealista alemã desde Fichte, pelos sucessos da escola histórica do direito e pelos trabalhos da escola histórica alemã da economia política contra a infiltração dos dogmas naturalistas, não foram ainda superados, em determinados aspectos decisivos, os pontos de vista do naturalismo, e, em parte, essa situação ocorre *por causa* desse esforço. Entre eles, cabe citar a relação, ainda problemática, que na nossa disciplina existe entre o trabalho "teórico" e o "histórico".

Ainda hoje o método teórico e "abstrato" se opõe de maneira direta e aparentemente incontornável à investigação histórico-empírica. Ele reconhece com toda a exatidão a impossibilidade metodológica de substituir o conhecimento histórico da realidade pela formulação de "leis", ou de, ao contrário, chegar ao estabelecimento das "leis", no sentido estrito do termo, mediante a mera

justaposição de observações históricas. Para conseguir estabelecê-las – pois está convencido de que esse é o fim supremo da ciência – parte do fato de que experimentamos constantemente as relações da atividade humana na sua realidade imediata. Diante disso, julga poder tornar esse curso dos eventos diretamente inteligível com evidência axiomática e assim explorá-los em suas “leis”. A única forma exata do conhecimento, a formulação de leis imediata e intuitivamente *evidentes*, seria ao mesmo tempo a única que nos permitiria deduzir os acontecimentos não diretamente observáveis. Em consequência, o estabelecimento de um sistema de proposições abstratas e puramente formais, por analogia com as proposições das ciências exatas, seria o único meio de dominar intelectualmente a diversidade social, ao menos no que se refere aos fenômenos fundamentais da vida econômica.

► A referência mais provável nesta passagem não é exatamente ao criador da teoria da utilidade marginal, mas a seu importante teórico Karl Menger.

Apesar de ter sido o criador dessa teoria o *primeiro e único* a efetuar uma distinção metodológica de princípio entre o conhecimento legal e o histórico, atribuiu uma *validade* empírica às proposições da teoria abstrata, no sentido de uma *possibilidade de dedução* da realidade a partir dessas “leis”. É certo que não o fazia no sentido da validade empírica das proposições econômicas abstratas por elas próprias, mas sim no sentido de, uma vez alcançadas teorias “exatas” correspondentes a todos os *outros* elementos que entram em linha de conta, dever o *conjunto* de todas estas teorias abstratas conter a verdadeira realidade das coisas, isto é, tudo aquilo que, da realidade, fosse digno de ser conhecido. A teoria exata da economia estabeleceria a influência de *um* motivo psicológico,

enquanto outras teorias teriam como tarefa desenvolver analogamente todos os restantes motivos num conjunto de proposições de validade hipotética.

Em relação ao resultado do trabalho teórico – isto é, das teorias abstratas da formação dos preços, dos juros, dos rendimentos etc. –, houve quem divagasse que, numa suposta analogia com as proposições da física, seria possível empregá-las para *deduzir* de premissas reais dados resultados *quantitativamente determinados* – portanto leis em sentido estrito – com validade para a realidade da vida, posto que, diante de fins dados, a economia humana ficaria claramente “determinada” em relação aos meios. Não se levava em consideração que, para alcançar tal resultado, ainda que fosse no caso mais simples, seria necessário estabelecer previamente como “dada” e pressupor como conhecida a *totalidade* da realidade histórica, incluindo todas as suas relações causais – e que, se alguma vez o espírito finito conseguisse alcançar esse conhecimento, não seria imaginável qual o valor epistemológico de uma teoria abstrata. É que o preconceito naturalista segundo o qual se deveria nesses conceitos elaborar algo de semelhante às ciências exatas havia levado a uma interpretação errônea do sentido dessas formações teóricas do pensamento. Acreditava-se que se tratava de isolar psicologicamente um “impulso” específico do homem, o do instinto da aquisição, ou então da observação isolada de uma máxima específica da atividade humana, a do chamado princípio econômico. A teoria abstrata julgava poder apoiar-se em *axiomas* psicológicos. Isso teve como conseqüência os historiadores exigirem uma psicologia *empírica*, para poderem comprovar

enquanto outras teorias teriam como tarefa desenvolver analogamente todos os restantes motivos num conjunto de proposições de validade hipotética.

Em relação ao resultado do trabalho teórico – isto é, das teorias abstratas da formação dos preços, dos juros, dos rendimentos etc. –, houve quem divagasse que, numa suposta analogia com as proposições da física, seria possível empregá-las para *deduzir* de premissas reais dadas resultados *quantitativamente determinados* – portanto leis em sentido estrito – com validade para a realidade da vida, posto que, diante de fins dados, a economia humana ficaria claramente “determinada” em relação aos meios. Não se levava em consideração que, para alcançar tal resultado, ainda que fosse no caso mais simples, seria necessário estabelecer previamente como “dada” e pressupor como conhecida a *totalidade* da realidade histórica, incluindo todas as suas relações causais – e que, se alguma vez o espírito finito conseguisse alcançar esse conhecimento, não seria imaginável qual o valor epistemológico de uma teoria abstrata. É que o preconceito naturalista segundo o qual se deveria nesses conceitos elaborar algo de semelhante às ciências exatas havia levado a uma interpretação errônea do sentido dessas formações teóricas do pensamento. Acreditava-se que se tratava de isolar psicologicamente um “impulso” específico do homem, o do instinto da aquisição, ou então da observação isolada de uma máxima específica da atividade humana, a do chamado princípio econômico. A teoria abstrata julgava poder apoiar-se em *axiomas* psicológicos. Isso teve como conseqüência os historiadores exigirem uma psicologia *empírica*, para poderem comprovar

* Com isso, tentava-se para a teoria econômica, a mesma coisa que se fazia para a física, a saber, estabelecer a validade de leis em sentido estrito, a partir de premissas reais dadas.

a não-validez desses axiomas e deduzir psicologicamente o curso dos processos econômicos.

Não é nossa intenção criticar aqui em pormenor a significação de uma ciência sistemática da "psicologia social" – ainda não constituída – como futura base das ciências culturais, e especialmente da economia social. As tentativas, em parte brilhantes, de que temos conhecimento até agora, de uma interpretação psicológica dos fenômenos econômicos, demonstram precisamente que a partir da análise das qualidades psicológicas do homem *não* se progride indo até à análise das instituições sociais, mas sim que, inversamente, o esclarecimento das condições e dos efeitos psicológicos das instituições *presupõe* o exato conhecimento destas últimas e a análise científica das suas relações. A análise psicológica significa pois meramente, em cada caso concreto, um valioso aprofundar do conhecimento do seu *condicionamento* histórico e da sua *significação* cultural. O que nos interessa na conduta do homem, dentro do âmbito das suas relações sociais, é especificamente particularizado segundo a significação cultural específica da relação em causa. Trata-se de causas e influências psíquicas, extremamente heterogêneas entre si e extremamente concretas na sua composição. A investigação sociopsicológica significa um exame aprofundado dos diversos *gêneros particulares* e díspares de elementos culturais, tendo em vista sua acessibilidade para nossa revivência compreensiva. Partindo do conhecimento das instituições particulares, esse exame nos permitirá *compreender* intelectualmente e em medida crescente seu condicionamento e significação culturais, mas não nos ajudará a *explicar* as institui-

ções a partir de leis psicológicas ou de fenômenos psicológicos elementares.

Por conseguinte, bem pouco fecunda tem sido a polémica desencadeada ao redor da questão da legitimidade psicológica das construções teóricas e abstratas, bem como do alcance do "instinto de aquisição", do "princípio econômico" etc.

As construções da teoria abstrata só na aparência são "deduções" a partir de motivos psicológicos fundamentais. Na realidade, trata-se antes do caso especial de uma forma de construção dos conceitos, própria das ciências da cultura humana e, em certo grau, indispensável. Vale a pena empreender aqui sua caracterização mais profunda, dado que assim nos aproximaremos da questão lógica sobre a significação da teoria nas ciências sociais. Para tanto, passaremos por alto e de uma vez para sempre a questão de saber se *aquelas* construções teóricas que utilizaremos como exemplos ou a que faremos referência correspondem, tal como são, ao fim a que se destinam, isto é, se foram formadas praticamente de maneira *adequada*.

Afinal, a questão de saber até onde se deve levar a atual "teoria abstrata" é também uma questão da economia do trabalho científico, que comporta ainda outros problemas. Também a "teoria de utilidade marginal" está subordinada à "lei da utilidade marginal".

Na teoria econômica abstrata temos um exemplo dessas sínteses a que se costuma dar o nome de "idéias" dos fenômenos históricos. Oferece-nos um *quadro ideal* dos eventos no mercado dos bens de consumo, no caso de uma sociedade organizada segundo o princípio da troca, da livre concorrência e de uma ação estritamente

► O que vale a teoria e a construção teórica são os fatos da realidade humana.

► O que vale a teoria e a construção teórica são os fatos da realidade humana.

► Ou seja, também para a teoria vale a noção básica da teoria da utilidade marginal, de que o consumo continuado de um bem deixa de gerar utilidade (no caso, conhecimento) após um certo limite.

racional. Esse ^{IMAGEM}quadro do pensamento reúne determinadas relações e acontecimentos da vida histórica para formar um cosmo não-contraditório de relações *pensadas*. Por seu conteúdo, essa construção reveste-se do caráter de uma *utopia*, obtida mediante a acentuação *em idéia* de determinados elementos da realidade. Sua relação com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que, onde quer que se *comprove* ou *suspeite* de que determinadas relações – do tipo das representadas de modo abstrato na citada construção, a saber, as dos acontecimentos dependentes do “mercado” – chegaram a atuar em algum grau sobre a realidade, podemos *representar* e tornar compreensível pragmaticamente a *natureza particular* dessas relações mediante um *tipo ideal*. Essa possibilidade pode ser valiosa, e mesmo indispensável, tanto para a investigação como para a exposição.

No que se refere à *investigação*, o conceito do tipo ideal propõe-se a formar o juízo de atribuição. Não é uma “hipótese”, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora *não constitua* uma *exposição* da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos. É, portanto, a “idéia” da organização moderna e *historicamente* dada da sociedade numa economia de mercado, idéia essa que evolui de acordo com os mesmos princípios lógicos que serviram, por exemplo, para formar a da “economia urbana” da Idade Média à maneira de um *conceito “genético”*. Ao fazê-lo, não é pelo estabelecimento de uma *média* dos princípios econômicos que realmente existiram em todas as cidades examinadas, mas antes pela construção de um *tipo ideal* que se forma o conceito de “economia urbana”.

► Trata-se de recurso pelo qual não se diz o que o fenômeno é, mas se lhe atribui uma qualidade bem-determinada, unívoca, com base na qual se podem formular hipóteses (sobre relações com qualidades atribuídas a outros fenômenos).

► Ver adiante, à página 78.

Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de *um ou vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que podem ocorrer em maior ou menor número ou mesmo nunca, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, formando um quadro homogêneo *de pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma *utopia*. A *atividade historiográfica* defronta-se com a tarefa de determinar, em cada *caso particular*, a proximidade ou o afastamento entre a realidade e o quadro ideal, em que medida portanto o caráter econômico das condições de determinada cidade poderá ser qualificado como "economia urbana" em sentido conceitual. Ora, desde que cuidadosamente aplicado, esse conceito cumpre as funções específicas que dele se esperam, em benefício da investigação e da representação.

Para analisarmos ainda outro exemplo, pode-se traçar igualmente a "idéia" do "artesanato" sob a forma de uma utopia, para o que se procede à reunião de determinados traços que se manifestam de modo difuso entre os artesãos das mais diversas épocas e países, acentuando de modo unilateral suas conseqüências num quadro ideal não-contraditório, e referindo-o a uma expressão *de pensamento* que nele se manifeste. Em seguida, pode-se tentar delinear uma sociedade na qual os ramos da atividade econômica e mesmo a atividade intelectual sigam máximas que nos parecem ser aplicações do mesmo princípio que caracteriza o "artesanato", elevado ao nível de tipo ideal. E a esse tipo ideal do ar-

► O que aqui se restringe à historiografia aplica-se a todas as "ciências do espírito".

tesanato pode ainda opor-se, por antítese, um tipo ideal correspondente a uma estrutura capitalista da indústria, obtido a partir da abstração de determinados traços da grande indústria moderna para, com base nisso, tentar-se traçar a utopia de uma cultura "capitalista", isto é, dominada unicamente pelo interesse de valorização dos capitais privados. Ela acentuaria diferentes traços difusos da vida cultural, material e espiritual moderna, e os reuniria num quadro ideal não-contraditório, para efeitos da nossa investigação. Esse quadro constituiria então uma tentativa de traçar uma "idéia" da cultura capitalista – quanto a saber se isso é possível, e como, não será tratado agora.

Ocorre que é possível, e deve mesmo considerar-se como certo, formular muitas e mesmo inúmeras utopias desse tipo, das quais *nenhuma* se pareceria com outra, das quais *nenhuma* poderia ser observada na realidade empírica como ordem realmente válida numa sociedade, mas *cada uma* das quais pretenderia ser uma representação da "idéia" da cultura capitalista, e cada uma das quais poderia realmente pretender, na medida em que selecionou certas características da nossa cultura *significativas na sua especificidade*, reuni-las num quadro ideal homogêneo. Pois os fenômenos que nos interessam como manifestações culturais derivam em geral seu interesse – sua *significação* cultural – de idéias de valor muito diferentes, com as quais podemos relacioná-las. Do mesmo modo como existem os mais diferentes "pontos de vista" com base nos quais podemos considerar significativos esses fenômenos, pode-se igualmente recorrer aos mais diferentes princípios de seleção para

as relações suscetíveis de integração no tipo ideal de uma determinada cultura.

Qual é, diante disso, a significação desses conceitos de tipo ideal para uma ciência *empírica*, tal como nós pretendemos praticá-la? Cabe sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui tratamos, "ideais" em sentido puramente *lógico*, sejam rigorosamente separados da noção do *dever ser*, do "exemplar". Trata-se da construção de relações que para a nossa *imaginação* parecem bem-fundadas e portanto "objetivamente possíveis", e que para nosso saber nomológico parecem *adequadas*.

Aqueles que sustentam que o conhecimento da realidade histórica deveria – ou poderia – ser uma cópia "sem pressuposições" de fatos "objetivos", lhes negarão qualquer valor. E mesmo quem tiver reconhecido que, no âmbito da realidade, nada está isento de pressuposições em sentido lógico, e que o mais simples extrato de atas ou documentos apenas poderá ter algum sentido científico em relação a "significações" e assim, em última análise, em relação a idéias de valor, considerará no entanto a construção de qualquer espécie de "utopia" histórica um recurso perigoso para a objetividade do trabalho científico, e com mais freqüência, como um simples jogo. E, de fato, nunca se poderá decidir *a priori* se se trata de mero jogo mental ou de uma construção conceitual *secunda* para a ciência. Também aqui apenas existe um critério, o da eficácia, para o conhecimento de fenômenos culturais concretos, tanto em suas conexões como em seu condicionamento causal e em sua *significação*. Portanto, a construção de tipos ideais abstratos não

► Lembrete necessário, pela confusão que a expressão "ideal" pode ocasionar.

► A restrição ao historiador é contextual: a formulação vale para todas as ciências sociais. Importante é a afirmação de que o tipo ideal tem efeito *caracterizador*, ao atribuir qualidades precisas e inconfundíveis aos fenômenos aos quais se aplica.

interessa como fim, mas única e exclusivamente como *meio* do conhecimento.

Qualquer exame atento dos elementos conceituais da exposição histórica mostra, no entanto, que o historiador – logo que tenta ir além da mera comprovação de relações concretas, para determinar a *significação cultural* de um evento individual, por mais simples que seja, isto é, para “caracterizá-lo” – trabalha, e *tem de trabalhar*, com conceitos que via de regra apenas podem ser determinados de modo preciso e unívoco sob a forma de tipos ideais. Ou será que o conteúdo de conceitos como “individualismo”, “imperialismo”, “feudalismo”, “mercantilismo”, “convencional”, assim como as inúmeras construções conceituais desse tipo, mediante as quais procuramos dominar a realidade pela reflexão e a compreensão, deverá ser determinado mediante a *descrição* “sem pressupostos” de *um* fenômeno concreto, ou então mediante a síntese, por abstração, daquilo que é *comum* a *vários* fenômenos concretos? A linguagem do historiador contém centenas de palavras que comportam semelhantes quadros mentais retirados das necessidades não reflexivas de expressão reinantes no vocabulário, cuja significação inicialmente só é intuída sem ser pensada com clareza. Em inúmeros casos, e sobretudo no campo da história política descritiva, o caráter impreciso do conteúdo dos conceitos não prejudica de modo algum a clareza da exposição. Nesses casos, basta que *sintamos* aquilo a que alude o historiador, ou então que consideremos suficiente a presença difusa, em sua cogitação, de uma especificação *particular* do conteúdo conceitual, com *relativa* significação para o caso singular em tela.

Quanto mais clara consciência se pretende ter do caráter significativo de um fenômeno cultural, contudo, tanto mais imperiosa se torna a necessidade de trabalhar com conceitos claros, que não tenham sido determinados segundo um só aspecto particular, mas segundo todos. Ora, será absurdo conferir a essas sínteses do pensamento histórico uma "definição" segundo o esquema *"genus proximum, differentia specifica"* [gênero próximo, diferença específica]; que se faça a prova. Esse modo de comprovação da significação das palavras apenas existe no campo das disciplinas dogmáticas, que trabalham com silogismos. Tampouco existe, ou apenas na aparência, uma mera "decomposição descritiva" desses conceitos nos seus elementos, posto que o que importa é saber *quais* desses elementos deverão ser considerados essenciais. Se queremos tentar uma definição genética do conteúdo do conceito, apenas resta a forma do tipo ideal, no sentido anteriormente estabelecido. Trata-se de um quadro de pensamento, *não* da realidade histórica, e muito menos da realidade "autêntica", e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de *exemplar*. Tem antes o significado de um conceito-*limite* puramente ideal, em relação ao qual se *mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, com o qual esta é *comparada*. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, pela utilização da categoria da possibilidade objetiva, que a nossa *imaginação*, formada e orientada segundo a realidade, *julga* adequadas.

Nesta função, o tipo ideal é acima de tudo uma tentativa de apreender os indivíduos históricos ou seus diver-

► Este é um tópico difícil da argumentação do autor. "Genético" não quer dizer, aqui, a referência à gênese do fenômeno em questão, mas ao papel que lhe atribuímos, na pesquisa, para a presença de certos traços culturais que reputamos importantes.

os elementos em conceitos *genéticos*. Tomemos como exemplo os conceitos "igreja" e "seita". Mediante a classificação pura, podemos analisá-los num complexo de características, com o que não só o limite entre ambos os conceitos, como seu conteúdo, permanecerão indistintos. Ao contrário, se queremos compreender o conceito de "seita" *de modo genético*, isto é, com referência a certas significações culturais importantes que o "espírito sectário" teve para a civilização moderna, tornam-se então *essenciais* certas características precisas de ambos, dado que se encontram numa relação causal adequada relativamente àqueles efeitos. Ora, os conceitos tornam-se então tipos *ideais*, isto é, não se manifestam em sua plena *pureza* conceitual, ou apenas de forma esporádica o fazem. Aqui, como em qualquer outro campo, todo conceito que não seja *puramente* classificatório nos afasta da realidade.

A natureza discursiva de nosso conhecimento, todavia, a circunstância de apenas captarmos a realidade por meio de uma cadeia de transformações na ordem da representação, postula esse tipo de taquigrafia conceitual. É certo que nossa imaginação pode com frequência prescindir de sua formulação conceitual explícita como meio da *investigação*, mas em numerosos casos torna-se imprescindível sua utilização no campo da análise cultural quando se trata da *exposição*, na medida em que pretenda ser unívoca. Quem dela prescinde por completo, forçosamente se deverá limitar ao aspecto formal dos fenômenos culturais, como o histórico-jurídico. O universo das normas *jurídicas* decerto é suscetível de determinação conceitual clara e, mesmo tempo, *tem validade*

para a realidade histórica (em sentido *jurídico*, bem entendido). Mas é de sua *significação* prática que se ocupa o trabalho das ciências sociais, tal como as entendemos. É muito freqüente, porém, apenas se poder tomar univocamente consciência dessa significação quando se refere empiricamente dado a um caso limite ideal.

Quando o historiador (no sentido mais lato da palavra) rejeita a tentativa de formular um tipo ideal como esse sob o pretexto de constituir uma "construção teórica", ou seja, algo inútil ou desnecessário para o fim concreto do conhecimento, resulta então como regra que ele utiliza, consciente ou inconscientemente, outras construções análogas *sem* as formular explicitamente e sem elaboração lógica, ou então fica enalhado na área do vagamente "sentido".

Não há decerto nada mais perigoso do que a *confusão* entre teoria e história, nascida dos preconceitos naturalistas. Essa confusão pode apresentar-se quer sob a forma de crença na fixação em tais quadros conceituais e teóricos do conteúdo "propriamente dito" ou da sua utilização à maneira de leito de Procrusto, no qual a história deverá ser introduzida à força, quer hipostasiando as "idéias" como se fossem a realidade "propriamente dita" ou as "forças reais" que, por detrás do fluxo dos acontecimentos, manifestam-se na história. Este último perigo é tanto mais constante quanto mais habituados estamos a entender por "idéias" de uma época os pensamentos e ideais que *governaram* a massa ou uma parte historicamente decisiva dos homens dessa época, e que, por esse mesmo motivo, foram significativos como componentes de sua característica particular.

► Referência ao lendário leito no qual as pessoas eram ajustadas à força.

A tudo isso acrescentam-se mais duas coisas. Em primeiro lugar, a circunstância de que entre a "idéia", no sentido de tendência do pensamento prático e teórico de uma época, e a "idéia", no sentido de *tipo* ideal dessa época, por nós construído como meio conceitual auxiliar, existem como regra determinadas relações. Um tipo ideal de condições sociais determinadas, obtido através da abstração de determinadas manifestações sociais características de uma época, pode – como é freqüente – ter passado aos olhos de seus contemporâneos como um ideal a ser alcançado na prática ou, ao menos, como máxima para a regulação de certas relações sociais. Assim acontece com a "idéia" da "garantia dos bens de subsistência" e de outras teorias dos canônicos, especialmente de Santo Tomás de Aquino, em relação com o já citado conceito típico-ideal da "economia urbana" medieval utilizado atualmente. E, com maior razão, assim sucede com o famigerado "conceito fundamental" da economia política: o do "valor" econômico. Da escolástica à teoria marxista, aqui se entrecruzam duas noções, a do "objetivamente" válido, isto é, de um *dever ser*, e a de uma abstração a partir do processo empírico da formação de preços. A idéia de que o "valor" dos bens deveria ser regulado segundo determinados princípios do "direito natural" teve um incomensurável significado para o desenvolvimento da nossa civilização – e não apenas na Idade Média – e ainda hoje o tem. Em especial, influenciou intensamente no processo empírico da formação dos preços. Ora, é apenas mediante uma construção rigorosa dos conceitos, ou seja, graças ao tipo ideal, que se torna possível expor de forma unívoca *o que se entende* e se pode

entender pelo conceito *teórico* do valor. Era isso que o sarcasmo acerca das "robinsonadas" da teoria abstrata deveria ter em conta, ao menos enquanto não for capaz de nos oferecer em seu lugar algo melhor, o que aqui significa algo *mais claro*.

A relação de causalidade entre a *idéia* historicamente comprovável que domina os homens e os elementos da realidade histórica dos quais se pode fazer a abstração do *tipo ideal* correspondente pode adotar formas extremamente variáveis. Em princípio, deveremos apenas recordar que ambas as coisas são fundamentalmente diferentes.

E aqui surge a nossa segunda observação. As *próprias* "idéias" que dominaram os homens de uma época, isto é, as que neles atuaram de maneira difusa, sempre que formem um quadro de pensamento complicado só poderão ser compreendidas com rigor conceitual *sob a forma de um tipo ideal*, pois empiricamente habitam as mentes de uma quantidade indeterminada e mutável de indivíduos, nos quais assumem os mais diversos matizes, segundo a forma e o conteúdo, a clareza e o sentido. Por exemplo, os elementos da vida espiritual dos diversos indivíduos em determinada época da Idade Média, que poderíamos designar pelo termo "cristianismo" dos indivíduos em questão, constituiriam, caso fôssemos capazes de expô-los por completo, um caos de relações intelectuais e de sentimentos de todos os tipos, infinitamente diferenciados e extremamente contraditórios, se bem que a Igreja da Idade Média tenha sido capaz de impor, em elevado grau, a unidade da fé e dos costumes. Posta a questão do que correspondia, no meio daquele caos, ao "cristianis-

► Weber faz referência às críticas de Marx às teorias econômicas que tomam como ponto de partida o indivíduo isolado.

mo medieval”, com o qual temos que trabalhar continuamente como se se tratasse de um conceito já estabelecido, ou o problema de saber em que consistia o elemento “cristão” que encontramos nas instituições da Idade Média, logo descobriremos que utilizamos constantemente um quadro mental puro por nós criado. Trata-se de uma combinação de artigos de fé, de normas éticas e de direito canônico, de máximas para o comportamento na vida, e de inúmeras relações particulares que nós combinamos numa só “idéia”; numa síntese que seríamos incapazes de estabelecer de modo não-contraditório sem recorrer a conceitos típico-ideais.

Claro que tanto a estrutura lógica dos sistemas conceituais em que expomos essas “idéias” como sua relação com o imediatamente dado na realidade empírica são muito diferentes. As coisas apresentam-se, no entanto, de modo bastante simples sempre que se trate de casos em que um ou alguns raros princípios diretores teóricos facilmente traduzíveis em fórmulas – como a fé de Calvino na predestinação – ou então certos postulados morais formuláveis com clareza tenham governado os homens e hajam produzido determinados efeitos históricos, de modo que nos seja possível introduzir a “idéia” numa hierarquia de pensamentos inferidos logicamente desses princípios diretores. Já então se passa por alto que, por muito importante que tenha sido o poder constrictivo puramente *lógico* do pensamento na história – de que o marxismo é um exemplo notável – o processo empírico-histórico que se desenvolveu na mente das pessoas deverá ser geralmente compreendido como um processo condicionado *psicologicamente*, e não logicamente.

O caráter típico-ideal dessas sínteses de idéias que tiveram uma ação histórica manifesta-se de maneira ainda mais nítida se esses princípios diretores e postulados fundamentais não vivem, ou já não vivem, nas mentes dos indivíduos, ainda que estes continuem dominados por pensamentos que são a conseqüência lógica desses princípios ou que deles saíram por associação, quer porque a "idéia" historicamente original que lhes servia de base se extinguiu, quer porque apenas conseguiu ter influência por suas conseqüências. E essas sínteses adotam ainda mais o caráter de "idéia" por *nós* construído quando, de início, esses princípios diretores fundamentais não tenham sido captados, ou apenas de modo incompleto, pela consciência dos homens, ou ainda quando não tenha adotado a forma de um conjunto claro e coerente de pensamentos.

Assim, se nos empenhamos nesse procedimento, como tantas vezes sucede e deverá suceder, essa "idéia" que formamos – como a do "liberalismo" de um determinado período, a do "metodismo" ou aquela, ainda mal-desenvolvida, de alguma variante do "socialismo" – não é mais do que um tipo ideal *puro* com o mesmo caráter das sínteses dos "princípios" de uma época econômica, de que falamos acima. Quanto mais vastas as relações que se devem expor, e quanto mais variada tenha sido sua *significação* cultural, tanto *mais* se aproximará do tipo ideal sua apresentação sistemática e global num sistema conceitual e de pensamento, e tanto *menos* se torna possível contentar-se com *um único* conceito desse gênero. Disso resulta ser tanto mais natural e necessário repetir a tentativa de construir novos conceitos típico-ideais,

com a finalidade de tomar consciência de aspectos significativos sempre *novos* das relações. Assim, por exemplo, todos os enunciados de uma "essência" do cristianismo constituem tipos ideais que sempre e necessariamente têm uma validade muito relativa e problemática se reivindicarem qualidade de enunciado histórico do empiricamente dado. Por outro lado, possuem um elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para a *exposição*, se apenas forem utilizadas como meios conceituais para *comparar* e *medir* a realidade em confronto com eles. Com esta função, tornam-se mesmo indispensáveis.

Tais exposições típico-ideais, contudo, comportam em regra outro aspecto que complica ainda mais sua significação. Geralmente pretendem ser, ou inconscientemente o são, tipos ideais não somente no sentido *lógico* mas também no sentido *prático*. Ou seja, tipos *exemplares* que – seguindo nosso exemplo – contêm aquilo que o cristianismo *deve* ser segundo o ponto de vista do cientista, aquilo que *para ele* é "essencial" *porque de valor permanente* nessa religião. Ora, caso isso ocorra de modo consciente ou – mais freqüentemente – inconsciente, tais descrições contêm determinados ideais aos quais o pesquisador refere o cristianismo, *avaliando-o*; isto é, as tarefas e finalidades segundo as quais orienta sua "idéia" de cristianismo. Claro que tais ideais podem ser completamente diferentes, e sem dúvida o serão sempre, dos valores com que, por exemplo, os contemporâneos dos primitivos cristãos compararam o cristianismo. Nesse caso as "idéias" já não são meios auxiliares puramente *lógicos*, nem conceitos relativa-

mente aos quais se *mede* a realidade de modo comparativo, mas antes são ideais a partir dos quais se *julga* a realidade, avaliando-a. Já *não* se trata aqui do processo puramente teórico da *relação* do empírico com determinados valores, mas sim de *juízos* de valor adotados no "conceito" do cristianismo. Na medida em que o tipo ideal reivindica aqui uma *validade* empírica, penetra na região da *interpretação* avaliadora do cristianismo: abandona-se o campo da ciência experimental para se fazer uma profissão de fé pessoal, *não* uma construção conceitual típico-ideal.

Por muito notável que seja essa diferença quanto aos princípios, a *confusão* entre essas duas acepções fundamentalmente diferentes da noção de "idéia" dá-se com extraordinária freqüência no decorrer do trabalho histórico. Dá-se sempre que o historiador começa a desenvolver a sua própria "apreensão" de uma personalidade ou de uma época.

Contrariamente aos padrões éticos constantes que Schlosser estabeleceu segundo o espírito do racionalismo, o historiador moderno de espírito relativista, que por um lado se propõe a "compreender por si própria" a época de que fala enquanto, por outro, também quer "avaliá-la", sente a necessidade de retirar os padrões de seus juízos da "própria matéria" de seu estudo, de modo que a "idéia", no sentido de *ideal*, derive da "idéia" no sentido de "tipo ideal". E o atrativo estético desse procedimento incita-o constantemente a esquecer a linha que separa ambas, donde esta situação intermediária, que por um lado não pode reprimir o juízo de valor e por outro tende a declinar a responsabilidade de seus juízos.

► Por contraste, o autor lembra, aqui, dois traços fundamentais do tipo ideal: ele é recurso auxiliar na análise (contribui para formar hipóteses, não tem papel explicativo), e oferece um padrão de medida para a comparação de fenômenos.

► Advertência fundamental.

É necessário opor a tudo isso um *dever elementar do autocontrole científico*, único meio suscetível de evitar surpresas, que nos impõe realizar uma distinção estrita entre a relação que *compara* a realidade com *tipos* ideais em sentido lógico, e a *apreciação* avaliadora dessa realidade a partir de ideais. Cabe reiterar que, no sentido que lhe damos, um “tipo ideal” é completamente indiferente à apreciação *avaliadora*, pois nada tem em comum com qualquer “perfeição”, salvo com a de caráter puramente *lógico*. Existem tipos ideais tanto de bordéis como de religiões. E, entre os primeiros, tanto existem uns que, segundo a atual perspectiva da ética policial, poderiam parecer tecnicamente “oportunos”, como outros em que aconteceria o contrário.

Somos obrigados a passar por alto a discussão pormenorizada do caso que é, sob muitos aspectos, o mais complicado e interessante: a questão da estrutura lógica do *conceito de Estado*. A esse respeito pretendemos apenas fazer notar que, quando perguntamos o que corresponde à noção de “Estado” na realidade empírica, deparamos com uma infinidade de ações e sujeições humanas difusas e discretas, de relações reais e juridicamente ordenadas, singulares ou regularmente repetidas, unificadas por uma idéia: a crença em normas efetivamente vigentes ou que deveriam sê-lo e em relações de dominação de homens sobre homens. Essa crença é, parcialmente, uma posse espiritual desenvolvida em pensamento, em parte sentida confusamente e em parte aceita de modo passivo, e que se manifesta com os mais diferentes matizes nas mentes dos indivíduos. Se os homens chegassem a *con-*

ceber com toda a clareza esta "idéia", não precisariam da "teoria geral do Estado", que se propõe esclarecê-la.

O conceito científico de Estado, qualquer que seja a forma pela qual se formule, constitui sempre uma síntese que nós realizamos para determinados fins do conhecimento. Mas, por outro lado, obtemo-lo também por abstração das obscuras sínteses que encontramos nas mentes dos homens históricos. Apesar de tudo, o conteúdo concreto que a noção histórica de "Estado" adota poderá ser apreendido com clareza mediante uma orientação segundo os conceitos de tipo ideal. E, além disso, não há a menor dúvida de que o modo como os contemporâneos realizam essas sínteses, de uma forma lógica sempre imperfeita, ou seja, as "idéias" que *eles* têm do Estado – por exemplo, a idéia "orgânica" de Estado da metafísica alemã em oposição à concepção "comercial" dos americanos – possui uma eminente significação prática. Em outras palavras, também aqui a idéia *prática* em cuja validade *se crê*, assim como o *tipo* ideal teórico construído para as necessidades da investigação, correm paralelos e mostram uma constante tendência para mutuamente se confundirem.

Mais acima encaramos intencionalmente o "tipo ideal" como uma construção intelectual destinada à medição e à caracterização sistemática das relações *individuais*, isto é, significativas por sua especificidade, tais como o cristianismo, o capitalismo etc. Isso se deu para eliminar a opinião corrente de que, no domínio dos fenômenos culturais, o *típico* abstrato é idêntico ao *genérico* abstrato. Esse não é o caso. Sem procurarmos analisar

aqui logicamente o conceito de “típico”, tão discutido e tão desacreditado pelo abuso que dele se faz, podemos já deduzir de nossos estudos precedentes que a formação de conceitos de tipos, no sentido da eliminação do “acidental” também, e sobretudo, tem lugar no estudo das *individualidades históricas*.

Como é natural, também aos conceitos *genéricos* que encontramos continuamente sob a forma de elementos constitutivos dos enunciados históricos e dos conceitos históricos concretos podemos conferir a forma de tipo ideal com o auxílio da abstração e da acentuação de determinados elementos seus, conceitualmente essenciais. Trata-se mesmo de um dos modos práticos mais freqüentes e importantes de aplicar os conceitos típico-ideais, pois cada tipo ideal *individual* é composto de *elementos* conceituais que têm um caráter genérico e foram elaborados como tipos ideais.

Também nesse caso exhibe-se a função lógica específica dos conceitos de tipo ideal. O conceito de “troca”, por exemplo, é um simples conceito genérico, no sentido de um complexo de características comuns a vários fenômenos, sempre que eu deixe de considerar a *significação* dos elementos conceituais, e portanto limitar-me a analisá-lo nos termos da linguagem cotidiana. Se tal conceito, contudo, é posto em relação com a “lei da utilidade marginal” e se forma o conceito da “troca econômica” à maneira de um processo econômico *racional*, esse conceito – como *qualquer* outro integralmente elaborado de forma lógica – conterà um *juízo* sobre as *condições* “típicas” da troca. Assume então um caráter *genético* e converte-se em típico-ideal no sentido lógico; isto é, afasta-se da re-

alidade empírica, que apenas se pode *comparar* e referir a ele. Algo semelhante se pode dizer acerca de todos os supostos "conceitos fundamentais" da economia política: só é possível desenvolvê-los de maneira *genética* como tipos ideais.

A diferença entre conceitos genéricos simples, que apenas reúnem as características comuns a diversos fenômenos *empíricos*, e os *tipos ideais* genéricos, como por exemplo um conceito típico-ideal da "essência" do artesanato, naturalmente é fluida nos pormenores. Mas *nenhum* conceito genérico possui, como tal, um caráter "típico", como também não existe um *tipo* "médio" puramente genérico. Sempre que falamos de grandezas "típicas" – como na estatística, por exemplo – encontramos algo *mais* que um mero termo médio. Quanto mais se trata de *classificações* de processos que se manifestam na realidade de maneira maciça, tanto mais se trata de conceitos *genéricos*. Ao contrário, quanto mais se atribui uma forma conceitual aos elementos que constituem o fundamento da *significação cultural* específica das relações históricas complexas, tanto mais o conceito, ou o sistema de conceitos, adquirirá o caráter de tipo ideal. Porque a finalidade da formação de conceitos de tipo ideal consiste sempre em tomar consciência, rigorosamente, *não* do que é genérico mas, ao contrário, do que é *específico* a fenômenos culturais.

O fato de se poder utilizar os tipos ideais, incluídos os de caráter genérico, e de efetivamente o serem, somente oferece um interesse *metodológico* relativamente a outra circunstância.

Até este momento, temo-nos ocupado principalmente com os tipos ideais em seu aspecto essencial de conceitos abstratos de relações, que concebemos como relações estáveis no fluxo do devir, como indivíduos históricos nos quais se processam desenvolvimentos. Mas agora se apresenta uma complicação que o preconceito naturalista, segundo o qual a meta das ciências sociais deverá ser a redução da realidade a “leis”, reintroduz na nossa disciplina com grande facilidade, valendo-se do conceito de “típico”. É que também é possível construir tipos ideais de *desenvolvimentos* e essas construções podem ter um valor heurístico muito considerável. No entanto, surge nesse caso o perigo iminente de que se confundam o tipo ideal e a realidade.

Assim, por exemplo, pode se chegar ao resultado teórico de que, numa sociedade organizada *rigorosamente* segundo normas “artesanais”, a única fonte de acumulação de capital seria a renda da terra. A partir daqui poder-se-ia talvez construir – não cabe examinar agora a exatidão dessa construção – um quadro ideal puro da transformação da forma econômica artesanal na capitalista, com base apenas em determinados fatores simples, tais como a escassez do solo, o crescimento da população, a abundância de metais preciosos e a racionalização do modo de vida. Para saber se o curso empírico do desenvolvimento foi efetivamente o mesmo que o construído, é necessário comprová-lo com o auxílio dessa construção tomada como meio heurístico, procedendo-se a uma comparação entre o tipo ideal e os “fatos”. Se o tipo ideal tiver sido construído de modo “correto” e o decurso efetivo *não* corresponder ao decurso de tipo ideal, teria-

mos a prova de que, em determinadas relações, a sociedade medieval *não* foi uma sociedade *estritamente* "artesanal". E no caso de o tipo ideal ter sido construído de modo heurísticamente "ideal" – não interessa saber aqui se e como, no presente exemplo, esse caso poderia dar-se – *então* orientaria a investigação para o caminho que conduz a um estudo mais profundo da natureza particular e da significação histórica dos elementos da sociedade medieval que *não* têm caráter artesanal. Se conduzir a esse resultado, terá cumprido seu papel lógico, precisamente ao tornar manifesta sua própria *irrealidade*. Constitui, nesse caso, a prova de uma hipótese. O processo não desperta objeção metodológica *enquanto* se tiver presente que a *história* e a *construção* típico-ideal do desenvolvimento devem ser rigorosamente diferenciadas, e que a construção apenas serviu como meio para realizar *metodicamente* a atribuição *válida* de um processo histórico às suas causas reais, entre as *possíveis* nos limites de nosso conhecimento.

Como mostra a experiência, torna-se extremamente difícil manter com rigor essa diferença, e por uma circunstância precisa. No interesse da demonstração clara do tipo ideal ou do desenvolvimento de tipo ideal, busca-se *ilustrá-la* mediante dados da realidade empírico-histórica. O perigo desse procedimento, legítimo em, si, reside em que o saber histórico aparece como *servidor* da teoria, em vez de suceder o contrário. O teórico facilmente se vê tentado a considerar como normal essa relação, ou então, o que é ainda pior, a misturar a teoria e a história até confundi-las entre si. Isso ocorre em grau ainda maior quando se chega a combinar, dentro de uma

► Este perigo, e a distinção que suscita (entre a teoria e o curso efetivo dos eventos), é de fundamental importância para Weber.

classificação *genética*, a construção ideal de um desenvolvimento com a classificação conceitual de tipos ideais de determinadas configurações culturais (por exemplo, as formas da empresa industrial a partir da “economia doméstica fechada”, ou ainda os conceitos religiosos a partir dos “deuses do instante”). A seqüência de tipos que resulta das características conceituais selecionadas corre o risco de ser tomada como uma sucessão histórica de tipos que obedecem à necessidade de uma lei. A ordem lógica dos conceitos, por um lado, e a distribuição empírica daquilo que é conceitualizado no espaço, no tempo e na conexão causal, por outro, aparecem então de tal modo ligados entre si que se torna quase irresistível a tentação de violentar a realidade para nela fixar a validade efetiva da construção.

Intencionalmente, deixou de ser demonstrada a nossa concepção no exemplo de longe o mais importante de construções de tipo ideal: o de *Marx*. E isso para não complicar a exposição com a introdução das interpretações de Marx, e também para não antecipar as futuras discussões da nossa revista, nas quais se submeterão a uma análise crítica as obras escritas sobre esse grande pensador ou inspiradas nas suas doutrinas. Limitamo-nos a constatar aqui que *todas* as “leis” e construções do desenvolvimento histórico especificamente marxistas naturalmente possuem um caráter de tipo ideal, na medida em que sejam *teoricamente corretas*. Quem quer que tenha trabalhado com os conceitos marxistas conhece a eminente e inigualável importância *heurística* desses tipos ideais, quando utilizados para os *comparar* com a realidade, mas conhece igualmente seu perigo, tão logo

► Afirmação altamente polêmica, bem ao gosto de Weber, que entra em choque com todas as posições explícitas de Marx acerca de seu método.

sejam apresentados como construções com validade empírica ou até mesmo como tendências ou "forças ativas" reais (metafísicas, na verdade).

Conceitos genéricos; tipo ideal; conceitos genéricos de estrutura típico-ideais; ideais no sentido de combinações de pensamentos que influem empiricamente nos homens históricos; tipos ideais dessas idéias; ideais que dominam os homens; tipos ideais desses ideais; ideais a que o historiador refere a história; construções teóricas com utilização ilustrativa do empírico; investigação histórica com utilização de conceitos teóricos como casos-limite ideais, e enfim as mais diversas complicações possíveis, que apenas pudemos aqui assinalar: tudo isso são construções ideais cuja relação com a realidade empírica do imediatamente dado é, em cada caso particular, problemática. Essa breve lista demonstra já o inesgotável entrelaçar dos problemas metodológicos e conceituais que continuamente revivem no campo das ciências da cultura. E dado que nos limitamos aqui a referir os problemas, vimo-nos obrigados a renunciar ao aprofundamento das questões da metodologia e a discutir em pormenor as relações entre o conhecimento de tipo ideal e o obtido por "leis", entre os conceitos de tipo ideal e os conceitos coletivos etc.

Após todas essas discussões, o historiador continuará, no entanto, a insistir em que a preponderância do modo típico-ideal na formação e na construção dos conceitos não é mais do que um sintoma específico da juventude de uma disciplina científica. E, em certa medida, devemos dar-lhe razão, embora com conseqüências muito diferentes das que ele deduzirá.

► De novo, formulação provocativa contra adversário que se propunha a superar a "metafísica" (entendida como pensamento puramente especulativo, que dispensa o confronto com a realidade efetiva).

Tomemos alguns exemplos de outras disciplinas. Não há dúvida de que tanto o atormentado aluno de curso elementar como o filólogo primitivo imaginam em princípio que uma língua é algo “orgânico”, isto é, uma *totalidade* supra-empírica e regida por normas, que atribuem à ciência a tarefa de estabelecer o que *deve* ter validade como normas lingüísticas. A primeira tarefa, a que geralmente se lança qualquer “filologia”, é a de elaborar de forma lógica a “língua” escrita, tal como o fez a Academia della Crusca, reduzindo seu conteúdo a determinadas *regras*. E se, diante disso, um dos principais filólogos da atualidade proclama que o objeto da filologia é a “*fala de cada indivíduo*”, a instituição de tal programa apenas parece possível depois de existir já, na linguagem escrita, um tipo ideal relativamente fixo, com o qual a análise possa trabalhar, ainda que implicitamente, no interior da infinita diversidade da *fala*, sem o que se encontraria completamente desprovida de direção e delimitação.

Esse mesmo papel foi representado pelas construções jusnaturalistas e organicistas das teorias do Estado, ou ainda, para evocarmos um tipo ideal na *nossa* acepção, pela teoria do Estado antigo segundo Benjamin Constant. São, por assim dizer, portos de abrigo à espera de que se consiga uma orientação no mar imenso dos fatos empíricos. Na verdade, a ciência amadurecida significa sempre uma *superação* de tipo ideal, enquanto se lhe atribui uma *validade* empírica ou o valor de um conceito *genérico*. Ora, hoje em dia, não só se torna completamente legítima a utilização da brilhante construção de Constant para demonstrar determinados aspectos e particularidades históricas da vida política antiga,

► A referência é o texto clássico do autor liberal francês sobre a liberdade dos antigos comparada à dos modernos (1818), que aqui serve para ilustrar o argumento de que as ciências históricas e sociais têm o dom da “eterna juventude”, renovam-se sempre – o, por isso, exigem sempre novas construções conceituais.

na condição de manter cuidadosamente seu caráter de tipo ideal, como ainda, e principalmente, existem ciências dotadas de eterna juventude. É o caso de todas as disciplinas *históricas*, de todas aquelas para as quais o fluxo sempre progressivo da cultura continuamente suscita novos problemas. Na essência de sua tarefa está o caráter transitório de *todas* as construções típico-ideais, associado ao caráter inevitável de construções típico-ideais sempre *novas*.

Continuamente se repetem as tentativas de determinar o sentido "autêntico" e "verdadeiro" dos conceitos históricos, sem jamais alcançarem seu fim. É por isso normal que as sínteses com que a história constantemente trabalha não sejam mais do que conceitos determinados relativamente, ou ainda que, tão logo se exija do conteúdo conceitual um caráter unívoco, se trate de tipos ideais abstratos. Nesse último caso, o conceito revela um ponto de vista teórico e portanto "unilateral", que, embora esclareça a realidade, demonstra ser impróprio para se tornar um esquema no qual essa realidade possa ficar completamente *incluída*. Pois nenhum desses sistemas de pensamento, imprescindíveis para a compreensão dos elementos significativos da realidade, pode esgotar sua infinita riqueza. Todos esses sistemas não passam de tentativas para conferir uma ordem ao caos dos fatos que incluímos no âmbito de nosso *interesse*, e que são realizadas com base no estado atual de nossos conhecimentos e nas estruturas conceituais de que dispomos.

O aparelho intelectual que se desenvolveu no passado mediante uma elaboração reflexiva – a rigor, mediante uma *transformação* reflexiva da realidade imediatamen-

te dada \mathbb{W} , e através de sua integração nos conceitos que correspondiam ao estado do conhecimento e à orientação assumida pelos interesses \mathbb{W} encontra-se em contínuo confronto com tudo o que podemos e *queremos* adquirir quanto a conhecimento novo da realidade. É nessa luta que se realiza o progresso do trabalho científico no domínio cultural. Seu resultado é um constante processo de transformação dos conceitos nos quais tentamos apreender a realidade.

Por conseguinte, a história das ciências da vida social é e continuará a ser uma alternância constante entre a tentativa de ordenar teoricamente os fatos mediante uma construção de conceitos, a decomposição dos quadros mentais assim obtidos devido a uma ampliação e a um deslocamento do horizonte científico, e a construção de novos conceitos sobre a base assim modificada. Nisso de modo algum se expressa o caráter errôneo da intenção de criar *em geral* sistemas conceituais, pois qualquer ciência – mesmo a simples história descritiva – trabalha o repertório conceitual de sua época. Antes se exprime aqui a circunstância de que nas ciências da cultura humana a construção de conceitos depende do modo de propor os problemas, e de que este último varia de acordo com o conteúdo da cultura.

A relação entre o conceito e o concebido comporta, nas ciências da cultura, o caráter transitório de qualquer uma dessas sínteses. No campo de nossa ciência, grandes tentativas de construções conceituais deviam o seu valor precisamente ao fato de pôr a descoberto os *limites* da significação do ponto de vista que lhes servia de alicerce. Os maiores progressos no campo das ciências

sociais estão ligados *substantivamente* ao deslocamento dos problemas práticos da civilização, e assumem a *forma* de uma crítica da construção dos conceitos. Uma das principais tarefas da nossa revista consistirá, pois, em servir às finalidades da citada crítica e, por conseguinte, ao exame dos *princípios da síntese* no campo das ciências sociais.

Se deduzirmos as conseqüências do que fica dito, chegaremos a um ponto em que nossas opiniões talvez se diferenciem, num ou noutro aspecto, das opiniões de muitos representantes eminentes da escola histórica à qual também pertencemos. Pois estes últimos persistem, quer de forma expressa quer implícita, na opinião de que a finalidade e o alvo último de qualquer ciência consistem em ordenar toda a sua matéria de estudo num sistema de conceitos, cujo conteúdo deveria ser estabelecido e progressivamente aperfeiçoado mediante a observação de regularidades empíricas, a construção de hipóteses e a verificação das mesmas, até que um dia daqui nascesse uma ciência "perfeita" e, *por isso*, dedutiva. Para isso o trabalho histórico e indutivo contemporâneo constituiria apenas uma tarefa preliminar, condicionada pela imperfeição de nossa disciplina. Segundo o ponto de vista dessa concepção, nada poderia pois existir de mais grave do que a construção e a aplicação de conceitos rigorosos que pudessem vir a antecipar de modo prematuro essa meta a ser atingida apenas num futuro longínquo.

Essa concepção seria em princípio incontestável no campo da teoria do conhecimento escolástica antiga, que perdura profundamente na massa de trabalhadores especializados da escola histórica, cujo pressuposto é que

os conceitos são *cópias* representativas da realidade "objetiva"; daí a constante alusão à *irrealidade* de todos os conceitos rigorosos. Para aquele que desenvolve até as últimas conseqüências a idéia fundamental da moderna teoria do conhecimento, baseada em Kant, segundo a qual os conceitos são, e apenas podem ser, meios intelectuais para o domínio espiritual do empiricamente dado, a circunstância de que os conceitos genéticos rigorosos são tipos ideais não constitui uma razão para que se oponha à sua construção. Para ele, dever-se-ia inverter a relação entre conceito e trabalho historiográfico: essa meta final acima citada parece-lhe logicamente impossível, e os conceitos não são a *meta*, mas *meios* para o conhecimento das relações significativas sob pontos de vista individuais. Precisamente *porque* o conteúdo dos conceitos históricos é variável, impõe-se sempre formulá-los com a precisão requerida. Ele exigirá apenas que, ao *utilizar* tais conceitos, se mantenha cuidadosamente seu caráter de tipo ideal, e que não se confunda o tipo ideal e a história. Dado que, devido à inevitável variação das idéias de valor básicas, não há conceitos históricos verdadeiramente definitivos, suscetíveis de serem considerados como fim último geral, ele acreditará que, precisamente por se formarem conceitos rigorosos e unívocos para o ponto de vista *singular* que orienta o trabalho, será possível dar-se conta claramente dos *limites* de sua validade.

Ora, é de assinalar, como aliás já admitimos, que num caso particular é possível expor com nitidez o desenvolvimento de uma relação histórica concreta sem relacioná-lo constantemente com conceitos definidos. Em conseqüência, seria possível reivindicar para o historiador de

nossa disciplina o mesmo direito concedido ao historiador político, isto é, "falar a linguagem *da vida*". Decerto. Mas quanto a isso cabe dizer que, nesse procedimento, é em *grande* medida accidental que o ponto de vista segundo o qual o evento tratado ganha significação torne-se claramente consciente. Regra geral, não nos encontramos na favorável situação do historiador político, para o qual os conteúdos culturais a que se refere sua descrição são habitualmente unívocos, ou pelo menos parecem sê-lo. A toda descrição meramente intuitiva adere a particularidade da significação assumida pelo enunciado *estético*: "cada um vê o que tem no coração". Os *juízos* válidos pressupõem sempre, ao contrário, a elaboração *lógica* do intuitivo, isto é, a utilização de *conceitos*. E embora se torne possível, e muitas vezes agradável sob o ponto de vista estético, conservá-los intimamente, *in petto*, há no entanto o perigo de comprometer a segurança da orientação do leitor, e freqüentemente do próprio escritor, quanto ao conteúdo e ao alcance de seus juízos.

Mas a omissão da construção de conceitos rigorosos pode chegar ao ponto de ser extremamente perigosa no caso das discussões práticas de *política econômica e social*. Assim, um leigo não poderia imaginar a confusão que suscita, por exemplo, o emprego do termo "*valor*", tormento da economia política, ao qual apenas se poderá conferir um sentido unívoco através do tipo ideal; ou então a confusão suscitada por expressões como "produtivo", "sob o ponto de vista econômico" etc., que não resistem a uma análise conceitualmente clara. São sobretudo os *conceitos coletivos*, tomados à linguagem cotidiana, os que provocam mais danos.

Tome-se pois, a título de exemplo, o conceito de “agricultura”, tal como aparece na expressão “os interesses agrários”. Consideremos em primeiro lugar esses “interesses agrários” como representações *subjetivas* mais ou menos claras e verificáveis empiricamente que os diferentes agentes econômicos individuais têm de seus interesses, sem levar em conta os inúmeros conflitos de interesses dos agricultores, quer se dediquem à criação de animais, quer à engorda de gado, quer à cultura do trigo, sua transformação em forragem, quer sua destilação. Qualquer especialista, e até talvez os leigos, conhecem o monumental entrelaçar de relações de valor opostas e contraditórias que a citada expressão pode representar. Queremos apenas expor alguns: os interesses dos agricultores que desejam vender suas terras, pelo que apenas lhes interessa uma rápida elevação do preço dos terrenos; o interesse diametralmente oposto daqueles que querem comprar terras, aumentá-las ou tomá-las por arrendamento; o interesse dos que estão empenhados em conservar uma propriedade para obter vantagens sociais para seus descendentes, pelo que estão interessados numa estabilização da propriedade; o interesse contrário desses outros, que, com vistas a si próprios ou a seus filhos, desejam uma redistribuição das terras em benefício do que melhor as explora ou – o que não é o mesmo – do comprador mais sólido em capitais; o interesse puramente econômico que o “explorador mais eficaz”, no sentido da economia privada, encontra na liberdade econômica da troca de propriedades; o interesse oposto de certas camadas dominantes da sociedade em conservar a posição social política

tradicional de seu "estamento" e de seus descendentes; o interesse social das camadas sociais *não*-dominantes pela supressão dessas camadas elevadas, que para elas significam opressão; o interesse, por vezes oposto, de considerar que, nos estratos superiores, há dirigentes políticos capazes de proteger os interesses das classes inferiores. Poderíamos prolongar indefinidamente a lista, embora tenhamos procedido de modo muito impreciso e sumário. Passaremos também por alto que os interesses sobretudo "egoístas" desse tipo estão, ocasionalmente, misturados com os mais diversos valores puramente ideais, que podem desviá-los ou reprimi-los.

Recordaremos principalmente que, sempre que falamos dos "interesses agrários", via de regra pensamos *não só* nesses valores materiais e ideais a que os agricultores referem os seus "interesses", como ainda pensamos nas idéias de valor, em parte totalmente heterogêneas, às quais *nós próprios* referimos a agricultura. Assim, por exemplo, os interesses da produção, que tanto decorrem do interesse em proporcionar à população produtos baratos, como do interesse, nem sempre coincidente, em lhe fornecer produtos de qualidade. Nesse ponto, os interesses urbanos podem apresentar as mais variadas divergências em relação aos interesses agrários, assim como os interesses presentes podem colidir com os interesses prováveis das gerações vindouras. Há ainda os interesses demográficos, como o de um país em possuir uma população rural *numerosa*, quer derive dos "interesses de Estado", por razões de política externa ou interna, quer de outros interesses ideais muito diferentes, como, por exemplo, o que se espera da influência de uma

* Este artigo é derivado de um
 trabalho de maior extensão sobre
 o tema, a ser publicado em breve
 sob o título "Agricultura, Indústria
 e Comércio Exterior e a Política
 Social no Brasil", e encontra-se
 disponível também em versão
 eletrônica, sob o endereço
 www.uel.br

numerosa população rural sobre as peculiaridades culturais de um país. Esse interesse demográfico pode por sua vez colidir com os mais variados interesses da economia privada de todos os setores da população rural de um país e talvez mesmo com todos os interesses presentes da população em bloco. Podemos considerar ainda o interesse por determinado tipo de *estrutura* social da população rural, devido à natureza das influências políticas ou culturais que daí derivam. Este último é capaz de colidir, segundo sua óptica, com todos os interesses imagináveis, presentes e futuros, tanto dos agricultores como do Estado.

Mas o que vem complicar ainda mais a questão é que o “Estado”, a cujo “interesse” referimos com tanta facilidade os interesses particulares desse tipo, é para nós apenas uma expressão que envolve um enredamento obscuro de idéias de valor, às quais o reportamos nos casos particulares. Tais idéias de valor podem ser: a pura segurança militar relativamente ao exterior; a manutenção do predomínio de uma dinastia ou de determinadas classes no interior; o interesse pela manutenção e o fortalecimento da unidade formal do Estado, quer seja por ele próprio, quer para conservar determinados valores culturais objetivos e diferenciados entre si, que nós acreditamos que devemos defender em nossa qualidade de povo unificado no seio de um Estado; ou a transformação do caráter social do Estado no sentido de determinados ideais culturais, por sua vez muito variados. Enfim, mesmo a mera enumeração de tudo quanto está envolvido na expressão “interesses do Estado”, à qual podemos referir a agricultura, nos levaria demasiado longe.

Tanto o exemplo escolhido como nossa análise sumária são toscos e simples. Por isso, convido o leigo a analisar de modo semelhante (e com mais profundidade) o conceito de "interesses da classe operária", para que veja por si próprio que emaranhado contraditório essa expressão encerra, por se compor de interesses e ideais da classe operária, e em parte também de interesses a partir dos quais nós próprios consideramos os trabalhadores. Torna-se impossível superar os *slogans* suscitados pela luta de interesses, mediante uma acentuação puramente empírica de seu caráter "relativo". O único caminho que nos permite superar a vacuidade retórica é o da determinação clara, rigorosa e conceitual dos diferentes pontos de vista possíveis.

O argumento da "livre troca" como *concepção do mundo* ou como *norma* empiricamente válida é ridículo. Contudo, seja qual for a natureza dos ideais que cada indivíduo se propõe a defender, o fato de haver subestimado o valor heurístico da velha sabedoria dos maiores comerciantes do mundo, expressas nessas fórmulas típico-ideais, causou grandes prejuízos a nossos estudos sobre política comercial. Só mediante fórmulas conceituais típico-ideais é que se chega a compreender realmente a natureza particular dos pontos de vista que interessam no caso particular, graças a um *confronto* entre o empírico e o tipo ideal. A utilização de conceitos *coletivos* não-diferenciados, com os quais trabalha a linguagem cotidiana, oculta sempre confusões do pensamento ou da vontade, muitas vezes é o instrumento de perigosas ilusões, e sempre é um meio de inibir o desenvolvimento do enunciado correto dos problemas.

► De novo, e de modo conclusivo, a advertência contra a confusão entre construções analíticas, concepções do mundo e valores – desta feita dirigida a outros interlocutores, não apenas a Marx.

Chegamos ao final de nossa discussão, que teve como único propósito destacar a linha quase imperceptível que separa a ciência da crença, e pôr a descoberto o *sentido* do esforço do conhecimento socioeconômico. A validade *objetiva* de todo saber empírico baseia-se única e exclusivamente na ordenação da realidade dada segundo categorias que são *subjetivas* no sentido específico de representar o *pressuposto* de nosso conhecimento e de se ligar ao pressuposto de que é *valiosa* aquela verdade que só o conhecimento empírico nos pode proporcionar.

Com os meios da nossa ciência, nada poderemos oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor, dado que a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas culturas, e não um dado da natureza. Mas o certo é que buscará em vão outra verdade que substitua a ciência naquilo que somente *ela* pode fornecer, isto é, conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem *ordená-la pelo pensamento* de modo válido.

Já vimos que, no campo das ciências sociais empíricas da cultura, a possibilidade de um conhecimento dotado de sentido daquilo que para nós é essencial na infinita riqueza do devir liga-se à utilização ininterrupta de pontos de vista de caráter especificamente particular que, em última instância, são orientados por idéias de valor. Estas, por seu lado, podem ser comprovadas e vividas empiricamente como elementos de qualquer ação humana significativa, mas o fundamento de sua validade *não deriva* da própria matéria empírica.

► Mais uma vez, e agora na forma de síntese conclusiva, a concepção defendida neste texto a respeito da ciência, contra o pano de fundo de alcance dos conceitos de que ela se vale.

A "objetividade" do conhecimento no campo das ciências sociais depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por idéias de valor que são as únicas a conferir-lhe *valor* de conhecimento. E, ainda que a significação dessa objetividade apenas se compreenda a partir de tais idéias de valor, não se trata de converter isso em pedestal de uma prova empiricamente impossível de sua validade. A *crença* – que todos nós alimentamos sob uma forma ou outra – na validade supra-empírica de idéias de valor últimas e supremas, em que fundamentamos o sentido de nossa existência, não exclui, antes, ao contrário, inclui, a variabilidade incessante dos pontos de vista concretos a partir dos quais a realidade empírica adquire significado. A realidade irracional da vida e seu conteúdo de significações *possíveis* são inesgotáveis, e a configuração *concreta* das relações valorativas mantém-se flutuante, submetida às variações do obscuro futuro da cultura humana. A luz emitida por essas idéias de valor supremas ilumina, de cada vez, uma parte finita e continuamente modificada do caótico curso de eventos que flui através do tempo.

É preciso não dar a tudo isso uma falsa interpretação, no sentido de considerar que a autêntica tarefa das ciências sociais consiste numa perpétua caça a novos pontos de vista e construções conceituais. *Ao contrário*, convém insistir mais do que nunca no seguinte: servir o conhecimento da *significação cultural de complexos históricos e concretos* constitui o único fim último e exclusivo ao qual, juntamente com outros meios, está *também* dedicado o trabalho da construção e da crítica de conceitos.

Utilizando os termos de F. Th. Vischer, concluiremos que em nossa disciplina também existem cientistas que “cultivam a matéria” e outros que “cultivam o espírito”. O apetite dos primeiros, ávido de fatos, apenas se sacia com massas de documentos, com tabelas estatísticas e sondagens, mas revela-se insensível aos manjares delicados da idéia nova. O requinte gustativo dos segundos chega a perder o gosto pelos fatos através de constantes destilações de novos pensamentos. O virtuosismo legítimo que, entre os historiadores, Ranke possuía em tão elevado grau, costuma manifestar-se precisamente pelo poder de criar algo de novo através da referência de certos fatos *conhecidos* a determinados pontos de vista igualmente *conhecidos*.

Numa época de especialização, qualquer trabalho nas ciências da cultura, após ter-se orientado para determinada matéria em seu modo determinado de propor os problemas, e uma vez adquiridos seus princípios metodológicos, verá na elaboração dessa matéria um fim em si próprio, sem controlar continuamente e de modo consciente o valor cognitivo dos fatos isolados por sua referência às idéias de valor últimas e mesmo sem tomar consciência de sua ligação com essas idéias de valor. E é bom que assim seja. Mas um dia a coloração muda: torna-se incerto o significado dos pontos de vista adotados irrefletidamente, o caminho perde-se no crepúsculo. A luz dos grandes problemas culturais deslocou-se para mais além. Então a ciência prepara-se também para mudar o seu cenário e o seu aparelho conceitual, e fitar o fluxo do devir das alturas do pensamento. Ela segue a rota

dos astros que unicamente podem dar sentido e rumo
ao seu trabalho:

(...) no impulso alado que me enleva (...) à frente
a luz e atrás de mim a treva, aos pés o oceano e o
empíreo sobre mim.

► Max Weber cita *Fausto*,
de Goethe (Livro 1, versos
1087-1088), reproduzidos
aqui na tradução brasileira
de Jonny Klabin Segall.

